



Relatório Final 5º Encontro do Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC.

Instituto Ekos Brasil

28 de julho, 2022

Contrato

Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação –

SNUC/LifeWeb

PN: 12.9034.5-001.00

Produto 4 - Relatório Final 5º Encontro do Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC.

Maria Cecília Wey de Brito

Erika Guimarães

Danielly de Andrade Mello Freire

Instituto Ekos Brasil

28 de julho, 2022

Revisão

Equipe do Departamento de Áreas Protegidas

Secretaria de Áreas Protegidas

Ministério do Meio Ambiente

Sumário

1. Introdução	4
1.1 Relatoria do 5º Encontro do Fórum de dirigentes do SNUC	5
1.1.1 <i>Objetivo Geral</i>	5
1.1.2 <i>Abertura</i>	6
1.1.3 <i>Conteúdo</i>	7
1.1.3.1 <i>Dia 18 de maio de 2022</i>	7
1.1.3.2 <i>Dia 19 de maio de 2022</i>	19
1.1.3.3 <i>Dia 20 de maio de 2022</i>	22
2. Considerações finais	32
3. APÊNDICE	33

1. Introdução

Entre os dias 18 e 20 de maio de 2022, o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Departamento de Áreas Protegidas - DAP, promoveu o 5º Encontro Anual do Fórum do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

A partir das reuniões semanais de alinhamento com DAP/MMA & GIZ foi pactuado o conteúdo programático definido para o 5o Encontro do Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC, que está representado por meio do apêndice 1.

Realizado de forma virtual, por meio da plataforma Teams, o evento contou com o apoio do Instituto Ekos Brasil, via contratação viabilizada pelo Projeto LifeWeb, da GIZ - para organização, moderação e relatoria.

O convite para participação no evento, apresentado na figura 1, foi enviado pelo DAP e seu conteúdo programático foi construído com base nos dados e demandas definidas e aprovadas pelo mesmo departamento.

A relatoria do Fórum teve como base insumos obtidos ao longo do evento, como por exemplo o conteúdo dos debates, registros fotográficos (prints de telas), listas de presença, resultados das dinâmicas e discussões temáticas, encaminhamentos finais e avaliação do evento.

Figura 1 - Convite 5º Encontro do Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC.



Cada um dos dias teve abertura com lista de presença diária, que registrou os nomes dos participantes e suas instituições por meio do uso da ferramenta *Google Forms*.

No primeiro dia houve pico de participação com a presença de 90 pessoas. No segundo e terceiro dias, a média de participação foi de aproximadamente 40 pessoas. As três listas de presença encontram-se como apêndice a este relatório. Este número de participantes inclui representantes de todos os estados (26) mais o Distrito Federal, assim como representantes da ABEMA - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente e ANAMMA - Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, e outros convidados que foram acordados entre a GIZ & DAP/MMA e o Instituto Ekos Brasil.

A equipe do Ekos Brasil, responsável pela condução e moderação do evento, utilizou métodos e ferramentas específicas para registro de informações e apoio à dinâmicas de interações entre os participantes, como *Mentimeter* e *Padlet*. Buscou-se com isso que a reunião ocorresse de forma objetiva, dinâmica, com ampla e equânime participação dos presentes e registro adequado das contribuições angariadas no evento.

Foram estruturados 6 *Padlets* para condução de dinâmicas entre os presentes ao 5º Encontro do Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC. Cada *Padlet* trazia um dos Eixos Temáticos do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e uma leitura sintética dos desafios inerentes à implementação do SNUC identificados preliminarmente pelo DAP após a realização de uma avaliação da implementação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas- PNAP pelo DAP, em dezembro de 2021 (ver Figuras 3, 4, 5 e 6).

1.1 Relatoria do 5º Encontro do Fórum de dirigentes do SNUC

1.1.1 Objetivo Geral

Discussão sobre temáticas relevantes na operação diária dos dirigentes e gestores de Unidades de Conservação, e início do trabalho de estruturação de um Plano de Ação para desenho de estratégia para implementação e consolidação do SNUC.

1.1.2 Abertura

A abertura do evento foi realizada pelo diretor do DAP - Departamento de Áreas Protegidas, do Ministério do Meio Ambiente, **Valdir Pereira Ramos Filho**, que registrou a satisfação em conduzir novamente o Fórum de dirigentes, evento que tem sido bem-sucedido em todas suas edições, sempre com apoio de toda equipe do DAP, dos dirigentes dos estados, dos municípios, do ICMBio e parceiros. Com essa fala o Diretor oficializou a abertura do 5º Encontro do Fórum de Dirigentes do SNUC.

A palavra foi passada para **Rosiane de Jesus Pinto**, coordenadora do DAP indicada para a gestão deste projeto, que agradeceu a presença de todos e à equipe que se dedicou em construir o conteúdo programático e a moderação do Fórum.

A GIZ foi representada na mesa de abertura do evento por **Fabiana Pirondi dos Santos**, diretora do projeto de Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – LifeWeb. Em sua fala Fabiana reforçou a importância da troca de experiências que acontece no Fórum de Dirigentes. O Fórum exprime a concretude da cooperação entre Brasil - Alemanha, que ocorre há 60 anos, notadamente em relação a duas áreas temáticas: conservação e energia renovável. Vários projetos nestas áreas receberam recursos, por exemplo para a conservação de Áreas Protegidas e fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação, que são objeto do projeto SNUC - LifeWeb.

O presidente da Confederação Nacional das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CNRPPN), **Marco Antonio de Resende Ferreira**, trouxe alguns números importantes em sua fala de abertura como a existência de 1.750 RPPNs, mais de 800.000 hectares conservados e a criação de associações em vários estados para articulação de gestão dessas áreas.

O presidente do ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, **Marcos de Castro Simanovic** agradeceu o convite e ressaltou a importância do Fórum como um meio de apoiar o fortalecimento de UCs, tarefa que vai além da conservação, e que demanda meios para envolvimento da sociedade com as UCs, e a viabilização de um sistema que oferece turismo e empreendedorismo para a sociedade. O presidente compartilhou a meta de atingir 2023 RPPNs até o final de 2023, e fechou sua fala lembrando uma das missões do ICMBio: a busca pela integração com todos os setores da sociedade para potencializar o sistema nacional de unidades de conservação.

A superintendência de convênios e contratos do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA) representando a ABEMA fez o fechamento da mesa de abertura, com a fala de **Deise de Oliveira Delfino**, que destacou, como representante do INEA, as 39 UCs estaduais, 477.000 hectares de áreas protegidas no Rio de Janeiro, para além das Unidades de Conservação municipais. A representante da ABEMA lembrou a importância de ações de compensação ambiental, assim como da implementação do SAMGe para desenvolvimento da gestão das UCs. Fechou a mesa de abertura agradecendo o convite e se disponibilizando para realizar outras trocas durante as atividades com todos os participantes.

1.1.3 Conteúdo

Todos os dias foram abertos pela organização do Fórum, pontualmente, com o envio de um link de registro de presença, usando a ferramenta *Google Forms*, na qual os participantes confirmavam sua presença no 5º encontro.

Os acordos em sala virtual eram reforçados em todos os dias do evento, de forma a se garantir o melhor aproveitamento do fórum por parte de todos.

Os dias 18 e 20 foram divididos em tópicos para exposição de temáticas diversas de interesse dos dirigentes do SNUC, assim como o compartilhamento de boas práticas em unidades de conservação. Ao final de cada bloco, foram abertas plenárias para que os convidados do Fórum pudessem trazer suas dúvidas ou comentários relacionados ao tema exposto no bloco.

Já o dia 19 foi dedicado à integração de todos os participantes como parte da construção de um Plano de Ação que servirá como base para o desenho de uma estratégia para a implementação do SNUC.

Os convidados ao Fórum que expuseram temas e boas práticas, compartilharam com a organização do Fórum os materiais que foram apresentados no evento. Estas apresentações e a gravação do evento estão disponíveis na equipe "Fórum do SNUC", existente na plataforma *Teams*, da qual os dirigentes fazem parte.

1.1.3.1 Dia 18 de maio de 2022

Cada tópico abordado no dia 18 de maio, primeiro dia de evento, está transcrito resumidamente neste subcapítulo, como consolidação do conteúdo exposto por meio de apresentações elaboradas pelos próprios palestrantes que foram convidados a expor um tema ou uma boa prática no 5º Fórum.

1º Tópico - Compensação ambiental

A primeira exposição abordou o tema de compensação ambiental e contou com apresentações de convidados e relatos de boas práticas realizadas por órgãos gestores de UCs - Unidades de Conservação, IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, relacionadas a este tema.

Luciano Oliveira, do IBAMA, abordou metodologias de execução da compensação ambiental e como um órgão pode escolher a forma pela qual um empreendedor vai executar essa compensação. Como mecanismo financeiro, a compensação ambiental, por princípio, é uma obrigação do empreendedor (tratado dessa forma desde 1987 pela resolução Conama 10/1987).

Em seguida, **Samuel Albano**, do ICMBio, apresentou o SISCOMP - Sistema de Compensação Ambiental do ICMBio, sua utilização, implementação e desenvolvimento, estabelecido a partir da aprovação da Lei 13.668/2018, que dispôs sobre a destinação e aplicação dos recursos de compensação ambiental, com vistas a aportar melhorias aos processos de uso das compensações.

O Sistema foi entregue em julho de 2019 e, desde o 2º semestre de 2021, algumas novas funcionalidades vêm sendo implementadas. Ele permite transparência, controle e prestação de contas, uniformização e organização de procedimentos, integração de comunicação com empreendedores e o SEI - Sistema Eletrônico de Informações do ICMBio. O Código do software é de propriedade do Instituto e pode haver compartilhamento por meio de Acordo de Cooperação Técnica com interessados. Foram apresentadas algumas telas da interface do sistema de compensação ambiental.

Rafael Laia, do IDEMA-RN - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, tratou do Decreto Estadual 31.278/2022, que regulamenta a compensação ambiental no Rio Grande do Norte (RN) e fez referência às ações baseadas na Lei Complementar estadual 272/2004 que dispõe sobre a Política e o Sistema Estadual do Meio Ambiente.

O IDEMA e a PGE – Procuradoria Geral do Estado, formaram um grupo de trabalho interinstitucional que por três anos trabalhou no Decreto 31.278/2022 para a regulamentação da compensação ambiental e formalizou a criação do COCAE - Comitê de Compensação Ambiental Estadual, com funções de avaliar e auditar a metodologia e o cálculo da compensação, propor diretrizes para avançar na regularização fundiária das UCs, e diretrizes para elaboração e implementação de planos de manejo nas unidades. Também informou sobre a CCA - Câmara de Compensação Ambiental. A CCA é composta por membros do IDEMA e Secretaria Estadual de Meio Ambiente do estado.

Fechando o tema de compensação ambiental, **Leonardo Palma**, do IMASUL/MS – Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, compartilhou detalhes sobre os POAs – Planos Operativos Anuais, considerando os recursos de compensação ambiental: "Por que não conseguimos gastar nossos recursos? O que torna essa atividade tão difícil?". Eles usaram o Roteiro Metodológico de elaboração de plano de manejo, desenvolvido pelo ICMBio, que contém orientações para desenhar o POA. No IMASUL, há um setor para a formalização do processo de aquisição e promoção dessa articulação interinstitucional. No Mato Grosso do Sul são 126 UCs que correspondem a pouco mais de 15% da área do estado.

2º Tópico – PSA – Pagamento por Serviços Ambientais

Joana Alves, da Fundação Florestal de São Paulo, abordou a temática de PSA - Pagamentos por Serviços Ambientais, e trouxe exemplos de projetos no estado que implementaram projetos de PSA.

O destaque foi para a Lei Federal 14.119/2021, regulamentada no estado de São Paulo pelo Decreto 66.549/2022, que criou um agente de PSA, com o credenciamento de profissionais, pessoas jurídicas ou entidades da sociedade civil para atuar como agentes de Projetos de PSA.

O Órgão público pode credenciar profissionais para atuar com essa designação, sendo que este agente atua como apoio técnico ao órgão gestor e é pago quando o PSA é efetivado.

Os projetos de São Paulo trazidos como exemplos ao Fórum foram o PSA Juçara e o PSA Mar sem Lixo, este último envolvendo pescadores artesanais que trabalham com o arrasto de camarão, em comunidades caiçaras. Os pescadores são estimulados a recolher os resíduos no mar, levá-los para o continente e dar o destino correto.

Em continuidade ao tópico de PSA, **Clarisse Cruz**, do DEFLOR/SAS/MMA - Departamento de Conservação Florestal e Serviços Ambientais, tratou de um projeto pioneiro de REDD+ - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, o primeiro projeto do mundo a receber recursos do Fundo Verde do Clima. Este projeto tem o componente de PSA e apoio ao desenvolvimento da estratégia nacional de REDD+, chamado de Floresta + Amazônia.

Apresentando os dados de redução de emissões obtidas na Amazônia entre 2014 e 2015 à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima - UNFCCC, o projeto foi validado para receber os recursos (US\$80 milhões). Os recursos são investidos por meio de chamadas de projetos pela modalidade Floresta+ Conservação, uma alternativa para pequenos produtores, proprietários e possuidores de imóveis rurais em nove estados da Amazônia Legal, para receberem incentivos financeiros pela conservação da vegetação nativa. Assim, é reconhecido o papel destes na manutenção dos serviços ambientais e na conservação da floresta.

Já a modalidade Floresta+ Comunidades é voltada para povos e comunidades tradicionais em territórios reconhecidos, inclusive unidades de conservação, em toda a Amazônia Legal. Esta modalidade está disponível em: <https://www.florestamaisamazonia.org.br/chamada-publica/>.

3º Tópico - Parcerias

Angela Pellin, do IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, relatou a experiência na Amazônia, que visava superar a falta de recursos humanos na gestão das UCs: “MOSUC – Motivação e sucesso na gestão de UCs”, e superar desafios relacionados à gestão das unidades, notadamente no que se refere aos recursos humanos. Esse projeto contou com financiamento da Fundação Gordon and Betty Moore.

O projeto visava buscar soluções para alguns desafios frente à gestão de unidades de conservação, tendo foco na falta de recursos humanos. O arranjo inicial, com possibilidade de replicabilidade para outros biomas, foi chamado de “teste de conceito” e foi realizado por meio de acordo de cooperação via ICMBio e termos de parceria com instituições da Amazônia. A partir do repasse financeiro a estes atores locais pelo projeto, as instituições teriam possibilidade de realizar a contratação de serviços necessários para UCs. Assim, foram feitas no total 12 parcerias locais e contratados 54 colaboradores locais para 30 UCs.

O IPÊ, como gestor técnico e financeiro, por meio de uma parceria em rede, monitorou os processos durante todos os momentos e estudou a possibilidade de outras fontes de recursos, verificando que seria possível que o projeto funcionasse com recursos públicos.

Em continuidade ao bloco, **Gustave Gilles Lopez** e **Daniel Raimondo Silva**, da Fundação Florestal de São Paulo, trouxeram exemplos de instrumentos e mecanismos de parcerias e engajamento de *stakeholders*. O foco é o uso público das UCs, com a possibilidade de gerar lazer e turismo aos frequentadores e comunidades do entorno.

Há diferentes modalidades de parcerias e para cada tipo há instrumentos distintos para melhor gerir cada uma delas. Alguns exemplos são parcerias com comunidades tradicionais, monitores ambientais, ONGs, empresas de pequeno e médio porte além de instituições de pesquisa.

A compreensão das necessidades do território é essencial, bem como fazer a construção dos instrumentos com a procuradoria do estado, a fim de buscar a diversificação de serviços prestados pelas UCs, como alimentação, espaços para eventos, hospedagem e souvenirs. Esses instrumentos fomentam a valorização da cultura e cadeias produtivas, além de também permitirem autorizações para prática de esportes, por exemplo.

Fechando a temática, **Monique Galvão**, da Rare Brasil, apresentou o Programa "Pesca para Sempre", que apoia a cogestão nas Resex do Pará. Cerca de 200 milhões de pessoas no mundo consomem pescado advindo da pesca artesanal, mas 40% da produção pesqueira no mundo é descartada (segundo a FAO). A costa do Pará é a 2ª maior região de produção pesqueira do Brasil.

O programa tem o intuito de valorizar o conhecimento ancestral e artesanal fortalecendo a atividade pesqueira. A atuação do "Pesca para Sempre" é local, focando no engajamento de jovens e de mulheres, com fomento à formação de conselhos, coleta de dados, inclusão financeira em mercados, manejo participativo, áreas de recuperação de estoque, e construção de capacidades locais.

O Time Rare Brasil tem diversos parceiros, como conselhos das UCs, Universidades, Governo e, doadores que os apoiam a fomentar um ciclo virtuoso de pesca.

4º Tópico - Biogás e Biometano

Após o almoço, o primeiro dia de encontro contou com a explanação de **Maurício Cabral** da CIBiogás - Centro Internacional de Energias Renováveis, que trouxe o tema do Biogás e Biometano, explicando o que é biodigestão - tratamento anaeróbio que gera biogás - uma mistura de gases, composta principalmente por metano. A mensagem central foi sobre a grande possibilidade de aplicação energética deste processo, por meio da instalação de biodigestores, sendo uma alternativa de geração de energia para regiões mais afastadas, a exemplo das unidades de conservação.

5º Tópico - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)

Rosiane Pinto, coordenadora do DAP/MMA, apresentou o vídeo do CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. O MMA seguiu trabalhando para promover as atualizações no CNUC apresentadas no Fórum passado, para que neste encontro a nova plataforma do cadastro já estivesse pronta e ativa, porém, em função de atrasos, a mesma deverá estar disponível a partir de julho do presente ano. O novo sistema incluirá também o perfil para usuários de RPPNs.

6º Tópico - SAMGe - Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão

Francine Diniz Baptista, analista ambiental do Departamento de Áreas Protegidas - DAP/MMA, trouxe dados atualizados do preenchimento do SAMGe – Sistema de Avaliação e Monitoramento da Gestão, ferramenta que visa diagnosticar a efetividade da gestão das UCs. A servidora definiu o que era o SAMGe e descreveu seus objetivos e contribuições, como por exemplo, gerar diagnósticos sobre a gestão das UCs, orientar prioridades, subsidiar tomadas de decisão e monitorar a gestão territorial da UC.

O SAMGe pode ser acessado pelo site (samge.icmbio.gov.br) e deve ser preenchido por gestores de UCs, por conselho ou equipe designada, anualmente, sempre no último trimestre do ano. Antes de preencher o gestor estadual e municipal deve mandar um ofício com informações do preenchedor para o Departamento de Áreas Protegidas - DAP por meio do e-mail: snuc@mma.gov.br e pedir o cadastramento do gestor/preenchedor na plataforma. O DAP/MMA enviará as informações para o ICMBio que fará o cadastramento na plataforma. Para constar na plataforma do SAMGe, a UC deve estar cadastrada no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC.

O ICMBio é o gestor da plataforma SAMGe e oferece o curso “Aplicação do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão – SAMGe”, em EAD - Educação à Distância, com auto inscrição, para a aprendizagem do uso da ferramenta.

O ciclo de preenchimento é de outubro a novembro e todos podem acessar a plataforma. No total, em 2021, foram 645 preenchimentos de UCs no SAMGe, entre 327 UCs federais, 308 estaduais e 10 municipais, tendo o maior número de UCs preenchidas em PE (49), BA (39) e AL (28). Entretanto, ainda existe um grande gargalo no preenchimento de UCs estaduais e ainda mais no preenchimento das UCs municipais: de todas as UCs municipais, dos 10 preenchimentos, todos foram feitos só por dois municípios: MS (4) e SP (6).

Natália Freire, da CPRH-PE - Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco, trouxe o exemplo de Pernambuco, que tem sob sua gestão 90 UCs. No SAMGe, foram preenchidas 47 UCs em 2020 e 49 em 2021. Em algumas unidades de conservação não há gestão local, então o preenchimento foi feito pela sede do órgão gestor, no caso, pela CPRH. Nas UCs sem equipe gestora local, as informações vêm de coletas de fiscalização e denúncias, e são mais básicas. No caso das UCs com gestão local, o preenchimento é minucioso e detalhado. Os resultados permitiram obter uma visão sobre onde seria necessária uma maior atuação. Para exemplificar a importância do uso do SAMGe, foi apresentada a APA - Área de Proteção Ambiental de Guadalupe, uma das primeiras a preencher o SAMGe, como pré-requisito do projeto GEF-Mar - Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas. Todos os anos eles fazem o planejamento com base no painel do SAMGe, visando identificar os pontos que necessitam de melhorias.

7º Tópico – Equidade na gestão e governança

O tópico de equidade na gestão e governança de UCs foi conduzido por **Cláudio Maretti**, consultor do Projeto Áreas Protegidas Locais e SNUC LifeWeb, com a apresentação de conceitos e princípios de equidade em áreas protegidas. De acordo com a apresentação, a definição de equidade remete à justiça social, direito à natureza, provendo meios adequados de acesso para gerar a igualdade, ou seja, acesso aos direitos humanos básicos.

A equidade começou a ser discutida no contexto das UCs como decorrência dos direitos e interesses dos povos nativos, e em razão da desigualdade existente entre países. A Meta 11 de AICHI indica que sistemas de áreas protegidas e conservadas devem ser geridos de maneira eficaz e equitativa.

No marco brasileiro, pode-se destacar a lei do SNUC, que reconhece a necessidade de uma gestão mais equitativa, como por exemplo, a garantia do direito de acesso à natureza. Várias legislações, desde a Constituição de 1988 citam o direito da participação da sociedade em conselhos e essa indicação está integrada nas legislações que tratam de povos indígenas e para pessoas com deficiência, por exemplo.

Dentro do conceito de equidade é importante que recursos e informações estejam bem distribuídos no contexto, por exemplo, do desenvolvimento de pesquisas, o que ainda tem ocorrido de modo parcial no Brasil. Além disso, outra necessidade é a consideração de dificuldades enfrentadas por PcDs - pessoas com deficiência, que não estão sendo incorporadas a contento na gestão de UCs.

8º Tópico – Monitoramento da biodiversidade

O bloco sobre monitoramento da biodiversidade foi aberto por **Keila Mendes** do ICMBio, com o Programa Monitora, instituído em 2017 pela instrução normativa ICMBio No 3/2017 e atualizado pela instrução normativa ICMBio No 2/2022. Este programa de monitoramento da biodiversidade foi idealizado em 2007-2008 por meio de oficinas, nas quais foram feitos levantamentos das formas pelas quais o ICMBio poderia organizar um programa de monitoramento.

O Monitora é um programa de longa duração, participativo e que visa a interação com as comunidades tradicionais e originárias, universidades, iniciativa privada, para responder se uma unidade de conservação está sendo efetiva em seu propósito de conservação da biodiversidade.

As informações são acessíveis, adequadas e padronizadas, qualificando os processos de tomada de decisão por parte dos gestores. O programa integra bancos de dados, padronizando protocolos e fazendo com que as informações “conversem” com os produtos gerados em outros programas, além de permitir a integração entre iniciativas de monitoramento. O programa é estruturado nos subprogramas terrestre, aquático continental e marinho/costeiro.

O programa tem diversos objetivos: planejamento do uso sustentável das espécies em UCs, avaliação do estado de conservação da biodiversidade, acompanhamento *in situ* das projeções de alteração na distribuição e ocorrência de espécies, avaliação da efetividade das UCs, gestão das UCs, implementação de estratégias de conservação de espécies em extinção e controle de espécies exóticas invasoras.

Atualmente o programa é constituído por 110 UCs, e possui vários blocos distribuídos em componentes. Quem executa o programa são os centros nacionais de biodiversidade do ICMBio, servidores, e as comunidades que apoiam de várias formas.

Foram lançados 5 cursos EaD e faz parte do Programa Monitora o “Encontro dos Saberes”, que promove debates com os envolvidos nas unidades.

Marilene Brazil, do SEMAPI-AC - Secretaria do Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas do Acre, exemplificou a aplicação do monitoramento da biodiversidade no Parque Estadual Chandless, no Acre. Neste parque foi priorizado o subprograma terrestre, especialmente mamíferos terrestres de grande porte, tribos de borboletas e borboletas frugívoras. Foram registradas 13 tribos de borboletas, e ao todo 36 espécies. Quanto aos mamíferos, o monitoramento terá continuidade, e já foram coletadas 26 espécies. Há maior quantidade de aves próximas às casas da população, o que indica que pode estar havendo caça nas trilhas.

O parque tem apoio da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz e tem sido procurado para estudos acadêmicos, havendo interação entre moradores, tanto adultos quanto crianças. Com os dados do monitoramento, é possível avaliar a presença de ameaças como caça, e assim compartilhar esse compromisso de monitoramento com a comunidade, assegurando que eles sejam parceiros na conservação.

Edson de Oliveira, da Fundação Florestal de São Paulo, trouxe a parceria com o Monitora em UCs paulistas. O objetivo é monitorar a ampliação do conhecimento sobre as áreas e dar autonomia à UC com relação ao planejamento da gestão. O monitoramento atua em diversas frentes, partindo do pressuposto do rigor metodológico. O principal ponto do monitoramento é verificar se a gestão está sendo efetiva e se tem impacto em diversas escalas: local (na UC), regional (corredores ecológicos, criação de novas UCs) e internacional (signatários de protocolos internacionais).

Iniciaram a aplicação do método em 2020, e ampliaram o programa em 2021, já dispo de protocolos validados e em execução, aplicando inovações tecnológicas, dentre outros resultados. Usam plataformas georreferenciadas para analisar os dados e, como alguns dos resultados, tiveram registro de primata raro e maior participação dos atores envolvidos.

9º Tópico - RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

Iniciando o bloco das RPPNs, **José Luciano de Souza**, consultor do projeto Áreas Protegidas Locais, trouxe iniciativas municipais no uso desta categoria de manejo do SNUC. Foi feita a contextualização do reconhecimento de RPPNs no Brasil que começou em 1990 por meio do Decreto Federal 98.914/1990.

Dos 27 municípios analisados, apenas 12 municípios reconheceram suas RPPNs, por conta da dificuldade de implantar a legislação. Dentro desses 12 municípios, foi destacada a cidade de Curitiba com 55 RPPNs e, em razão de uma série de benefícios oferecidos aos proprietários pela oficialização das RPPNs por meio de decreto, o município de Varre-Sai no RJ, que também tem um número considerável de RPPNs municipais.

As RPPNs contribuem para a ampliação do SNUC, com a criação de cinturão verde, lazer e bem-estar do público, estabelecimento de parcerias, geração de emprego e renda, especialmente ligada ao turismo, além da integração com órgãos públicos, iniciativa privada e sociedade civil e a contribuição para o incremento do ICMS ecológico (quanto mais UCs no município, maior a parcela de ICMS ecológico que o município recebe). Tudo isto gera visibilidade ao município, cabendo às prefeituras dar celeridade ao processo, para que mais proprietários busquem o município para criar RPPNs, oferecendo incentivos e benefícios, além de apoio técnico.

Rafael Laia do IDEMA-RN, Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente contextualizou o Decreto Estadual 31.283/2022 para criação e gestão de RPPN no âmbito do estado do RN. Há 10 UCs estaduais, que protegem 20% da área de mata atlântica e uma porcentagem similar das áreas marinhas. Proprietários de terras procuram o IDEMA com intuito de proteger suas terras, especialmente aqueles que cresceram naqueles locais.

Foi criado o Projeto Caatinga Potiguar, em 2019, e realizado um seminário com o fim de fomentar a criação de RPPNs na Caatinga Potiguar, que contou com a participação de vários atores importantes. Em 2020, a SEMARH - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídrico e o IDEMA-RN - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente iniciaram discussões sobre a viabilização de um decreto fomentando a proteção dessas áreas.

O Comitê RPPN criado envolve diversas instituições, como universidades, ONGs governo e setor empresarial. Um fluxograma interno está sendo organizado pelo IDEMA-RN - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente para o fomento à criação de RPPN.

Referente à gestão e criação de RPPNs, **Aline Pereira**, representando o DAP/MMA, fez um informe sobre o Projeto GEF Terrestre que terá uma linha de projetos para os biomas Pampa, Pantanal e Caatinga e que o edital será lançado em breve.

Laércio de Sousa, proprietário de RPPN no pantanal, fez sua apresentação com alguns dados de RPPNs, como por exemplo a distribuição de RPPNs por bioma brasileiro, em porcentagem. Ele está envolvido em um projeto em parceria com a FUNATURA - Fundação Pró-Natureza que está mobilizando apoio para a criação de pelo menos 50 RPPNs, dentre as quais 28 já foram reconhecidas.

Ele mencionou o SIMRPPN – Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN. Entretanto, destacou que os números desta plataforma e outras que monitoram as RPPNs existentes, não batem, havendo defasagem de dados.

Também trouxe a estrutura jurídica envolvendo RPPNs, com indicação do que se pode e não se pode fazer em RPPNs. Lembrou que pesquisa científica e turismo, por exemplo, são permitidos nestas unidades.

As RPPNs tiveram um crescimento de 400 áreas (UCs) em 7 anos. O Brasil tem um dos maiores programas de criação de RPPNs no mundo, sendo a maior em área a RPPN do SESC, no pantanal - RPPN Fazenda Rio Negro (a título de curiosidade é nesta RPPN que são gravadas as cenas da novela Pantanal).

10º Tópico – Regularização fundiária

Partindo para o último bloco do primeiro dia do evento, **Rodrigo Levkovicz**, da Fundação Florestal de São Paulo fez uma contextualização da dificuldade da regularização fundiária das UCs, em razão das ações de desapropriação indireta (áreas com esvaziamento econômico, mas sem administração do estado) propostas contra o estado (poder público).

A Fundação Florestal é responsável pela gestão de 119 UCs e outras 32 áreas protegidas, representando 20% do território do estado.

A Resolução Estadual SMA (da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura de São Paulo) 165/18, busca desburocratizar o processo de regularização fundiária e trazer segurança jurídica à compensação de reserva legal por meio de “doação” de área inserida em UC de domínio público e pendente de regularização fundiária.

Essa resolução traz mecanismos para essa regularização, com modelos de alienação aprovados pela procuradoria geral do estado, possibilitando a desistência de ação de desapropriação ou reembolso ao precatório, assim como também não mais demandar do estado a participação na negociação do valor da área.

Luciano Bonotto, do IMA - SC - Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina, apresentou o programa que vem subsidiando a regularização fundiária das unidades de conservação no estado. A iniciativa foi desenhada a partir de duas demandas: a regularização fundiária das UCs, que ainda dispunham de muitas áreas privadas para serem indenizadas e a identificação de áreas para serem compensadas em processos de licenciamento para supressão de vegetação. Em 2017 montou-se um grupo para elaborar uma portaria que apresentasse um procedimento administrativo para isso, levando em consideração a legislação de regularização fundiária do estado de Santa Catarina.

A Lei da Mata Atlântica, que determina que toda supressão de vegetação deve ser compensada na mesma bacia, foi um elemento importante neste contexto. Essa premissa foi reformulada e o conceito ampliado para macrobacias. Desse modo, o estado passou a considerar toda a zona litorânea catarinense como área passível de se fazer compensação. Quando há a possibilidade, a compensação é realizada na bacia específica, mas quando não há, toda a zona litorânea está habilitada para tal. De 2018 a 2022 foram assinados 66 termos de compromisso de compensação com empreendedores que realizaram supressão de vegetação.

Foram estabelecidos dois mecanismos para realizar a compensação. O primeiro ocorre de forma direta, na qual o empreendedor realiza a compra direta de uma área e efetiva sua doação ao estado, para compensar a área que foi desmatada. Considerando os desafios envolvidos com a negociação, georreferenciamento e aquisição de áreas – o que levava à demora na solução dos casos - o Estado elaborou um cálculo de avaliação da área e estabeleceu um valor médio por hectare para ser pago pelo empreendedor. Esse mecanismo melhorou a aceitação do empreendedor e deu celeridade ao processo. Em paralelo, o Estado contratou uma empresa que tem feito o georreferenciamento das áreas negociadas, o que tem contribuído com o avanço também. Na forma indireta, o estado criou uma conta para receber todos os valores de compensação ambiental. A partir destes mecanismos foram adquiridos 1.200 hectares que foram repassados ao estado em 3 anos, por meio desses termos de compromisso assinados, e o estado ainda conta com um saldo de cerca de R\$ 2 milhões para serem investidos na aquisição de novas áreas.

Fechando o primeiro dia, **Wanda Cristina** do SEDAM-RO - Secretaria do Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia e **Capitão Feitosa**, do Exército, falaram da importância das parcerias para georreferenciamento e regularização fundiária. Hoje, RO é detentor de 50 UCs, sendo que nenhuma está regularizada fundiariamente ou recebeu repasse de verba da União. Assim, para dirimir este problema, foram feitas 14 parcerias para o georreferenciamento (que é pré-requisito para regularização fundiária) e regularização fundiária das áreas. Dentre os parceiros estavam MMA, Funbio, SEDAM, INCRA, IBAMA, FUNAI, e o Exército que faz vários projetos de georreferenciamento e tem uma diretoria de serviços geográficos encarregada de mapear o Brasil. Esse “quartel técnico” é formado por uma equipe multidisciplinar com cartógrafos, geógrafos, entre outros profissionais.

O registro fotográfico do primeiro dia do 5º encontro, apresentado na Figura 2 abaixo, é uma amostra dos participantes que estavam presentes no *Teams*, acompanhando a exposição de todos os temas trazidos pelos convidados.

Figura 2 - registro fotográfico dia 18 de maio de 2022.



1.1.3.2 Dia 19 de maio de 2022

O segundo dia do encontro foi dedicado à devolutiva, pelo DAP, da avaliação sobre a implementação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e ao aprofundamento da análise sobre os desafios identificados preliminarmente pelo DAP no que diz respeito a temáticas mais diretamente relacionadas a Unidades de Conservação, com vistas a iniciar o desenho de um Plano de Ação para a elaboração de uma estratégia para implementação e consolidação do SNUC.

Rosiane Pinto, coordenadora do DAP, relatou que a avaliação realizada contou com apoio dos estados e de outras instituições, em resposta à demanda do TCU (Tribunal de Contas da União) de se fazer uma avaliação da implementação do PNAP. Essa avaliação deveria ser feita a cada 5 anos, mas não havia sido realizada até então, ensejando a necessidade de avaliar os 15 anos de existência do Plano.

Inicialmente, foi feito um levantamento de informações sobre histórico e agendas relacionadas ao PNAP, identificadas instituições, enviados formulários a esses parceiros, realizadas pesquisas secundárias, que foram sistematizadas no relatório de avaliação. Foram encaminhadas informações por 22 estados e de 7 capitais estaduais.

A estrutura do relatório seguiu a estrutura do PNAP, ou seja, por Eixos Temáticos (6 ao todo). Para cada Eixo, foram identificados alguns desafios pela equipe que conduziu a avaliação. A apresentação trouxe uma representação cronológica que destacou a instituição do SNUC em 2000, do PNAP em 2006 e a construção de um Plano de Ação para subsidiar a elaboração de uma Estratégia de implementação e consolidação do SNUC, que está em curso.

Após essa sessão devolutiva aos participantes do Fórum sobre a avaliação do PNAP pelo DAP, os participantes foram convidados a participar de uma dinâmica para aprofundar a discussão sobre os desafios identificados para cada um dos Eixos Temáticos que compõem o PNAP¹. As bases das discussões foram os relatórios gerados por meio do uso da ferramenta *Padlet*, apresentados nos apêndices de 5 a 8, tendo a discussão focado nos desafios relacionados à implementação e consolidação do SNUC.

Os participantes foram divididos aleatoriamente por salas no *Teams*, e cada uma das facilitadoras (técnicas do Instituto Ekos) fez a leitura inicial dos desafios levantados pelo DAP/MMA e que estavam registrados no *Padlet*. Na sequência, foi aberto espaço para os dirigentes refletirem sobre estes desafios e levantarem outros associados a cada Eixo em discussão.

¹ Considerando o perfil dos participantes do evento, composto sobretudo por dirigentes e gestores de órgãos estaduais ou outras instituições com agendas relacionadas a Unidades de Conservação foram trabalhados os Eixos 1,2,3,4 (que tratam mais especificamente do SNUC) e o Eixo 6, que aborda áreas de reconhecimento internacional).

Ao final da construção conjunta, a facilitadora fez uma leitura dinâmica dos desafios adicionados e sugeriu que os participantes priorizassem três desafios, distribuindo “likes” àqueles desafios descritos na ferramenta, apresentados entre os apêndices 5 a 8.

Com essa dinâmica, foi possível extrair um relatório com os dados levantados com os dirigentes, os quais também estão dispostos entre os apêndices 5 a 8, informações que serão avaliadas e consideradas no momento de elaboração da Estratégia para o SNUC.

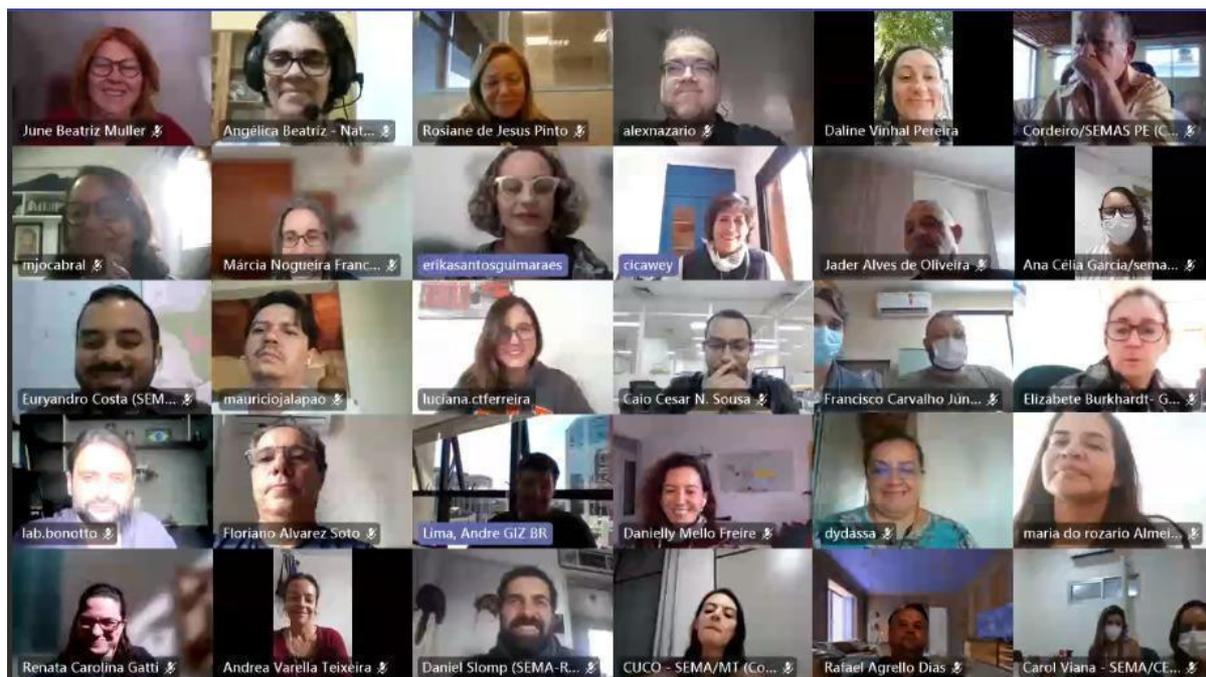
A segunda dinâmica objetivou mapear e priorizar instituições e setores que devem ser considerados na discussão do Plano de Ação e Estratégia para a implementação do SNUC. Novamente, a equipe do Instituto Ekos contou com a ferramenta *Padlet*, que foi previamente preparada para subsidiar o trabalho com os participantes do evento.

A moderação recordou os participantes do esforço anterior ao Fórum realizado por meio de um *Google Forms*, que foi enviado previamente aos participantes a fim de captar contribuições, dentre as quais a indicação de instituições relevantes para a construção de um Plano de Ação.

Do mesmo modo como o do exercício anterior, os participantes foram convidados a priorizar as instituições, indicando aquelas que deveriam ser prioritariamente convidadas a fazer parte da discussão da Estratégia para a implementação do SNUC. O relatório com os órgãos indicados está disponível no apêndice 9.

Uma representação dos participantes do evento, neste dia, como uma foto por meio do print da tela do evento, pode ser visualizada na Figura 3.

Figura 3 - Foto de uma amostra de participantes do segundo dia de evento



1.1.3.3 Dia 20 de maio de 2022

A abertura do último dia de encontro foi feita por Maria Cecília Wey de Brito do Instituto Ekos Brasil, que apresentou um resumo do que foi abordado nos dois primeiros dias do Fórum. Ela lembrou que o evento contou com uma variedade de temas, como compensação ambiental, parcerias, questões relacionadas à equidade nas UCs, o SAMGe e outras iniciativas de monitoramento da biodiversidade e sobre a importância das RPPNs, dentre outros.

Maria Cecília reiterou a importância de que os gestores possam continuar aprofundando as discussões sobre os temas apresentados no evento, bem como trocar experiências sobre as suas boas práticas e soluções encontradas para os desafios de gestão das Unidades de Conservação, lembrando que esse é o espírito do Fórum. Na sequência, foram retomadas apresentações de boas práticas relacionadas à criação e gestão de UCs, a serem compartilhadas junto aos participantes.

11º Tópico – Criação

Floriano Soto, do INEMA/BA - Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, apresentou os esforços envidados pelo estado no apoio aos municípios para a criação de UCs. O trabalho consiste em promover reuniões técnicas nos municípios para orientar os gestores locais quanto aos critérios técnicos e legais necessários para a criação de UCs. Além das reuniões, a equipe do INEMA tem participado de seminários e outros eventos que contribuem para capacitar os gestores locais sobre o tema. O apoio também acontece no mapeamento, definição de categoria e redação da minuta de criação. Isso tem resultado na ampliação da rede de UCs no estado, com a criação de várias UCs municipais, como o Monumento Natural Cachoeira do Acaba Vida, Parque Natural Municipal Bosque da Nascente do Rio Jiquiriçá (importante área de nióbio, houve pressão pública para a criação da UC), Parque Natural Municipal Dunas Abrantes e Jauá, Refúgio de Vida Silvestre Serra do Araújo, dentre outros. Os desafios identificados pelo programa são: a ausência de política pública estadual específica que fomente criação de UCs, os riscos envolvidos com a descontinuidade de gestão municipal, os reduzidos quadros técnicos tanto do estado, quanto dos municípios, além de influências externas, interesses econômicos, ausência de regulamentação de algumas políticas no estado, como é o caso do ICMS-Ecológico, além da desinformação e desconhecimento sobre a importância das UCs.

Angélica Beatriz, da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins, trouxe a experiência do processo de criação de duas novas UCs no Tocantins. O processo foi provocado em razão da adesão do estado ao programa GEF Cerrado (que também envolveu outros estados), que tinha a meta de apoiar a criação de mais 250 mil ha de áreas protegidas no Tocantins. O estado é quase completamente composto por áreas de Cerrado, e a partir do mapeamento de áreas prioritárias para a conservação do bioma, o COEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente desenvolveu um trabalho de identificação de áreas para serem reconhecidas como UCs.

Foi criado um grupo de trabalho para iniciar o processo. Foram desenvolvidas quatro oficinas de sustentabilidade com as comunidades das áreas identificadas como potenciais para a criação de uma UC, intituladas “Proseando sobre a Sociedade e a Natureza”. Elas aconteceram ao longo de dois anos e cada oficina tinha duração de cerca de uma semana e promovia um debate com as comunidades sobre as questões relacionadas ao processo de criação de UCs, vantagens e desvantagens, abrindo a oportunidade para a comunidade se expressar e para o desenvolvimento de laços de confiança entre estes e os gestores públicos. Em cada comunidade havia um ponto focal do processo que contribuiu com as discussões. Foi elaborada uma cartilha envolvendo vários temas, dando às pessoas a oportunidade de discutir questões no âmbito político, como questões econômicas, de classe, religiosas, etc. Foi mostrado o mapa envolvido na criação do Parque Estadual Águas do Paranã, com área de 85 mil ha.

Houve desafios relacionados à sobreposição de áreas e às solicitações de pesquisas minerárias. Por outro lado, foram apresentados os benefícios para o município advindos da criação da UC.

Andrea Moreira, da Coordenadoria de Biodiversidade da Secretaria de Meio Ambiente do Ceará, trouxe um panorama do SNUC em seu estado, realçando que entre 2015 e 2022 houve um grande incremento de UCs Estaduais, Municipais e RPPNs, reflexo de programas como o Programa de Apoio às RPPNs e o Apoio de Criação de UCs Municipais (Pró-UCm), que visa promover a descentralização da gestão das UCs no estado, estimular a criação de sistemas municipais de meio ambiente, além de elevar o percentual de UCs de proteção integral existentes no Ceará. Estes programas são desenvolvidos pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado. Andréa apresentou os processos relacionados à criação de várias UCs estaduais, que envolveram o estabelecimento de grupos de trabalho, que contaram com a parceria de diferentes instituições de ensino e pesquisa, com organizações da sociedade civil, com as secretarias de meio ambiente e turismo dos municípios envolvidos e com os representantes das áreas nas quais se pretendia criar UCs. Esse processo contribuiu para que os diversos segmentos da sociedade pudessem não apenas participar do desenho e definição da categoria das UCs, mas superar os desafios do processo e criar um envolvimento para a sua gestão. Como exemplo, o processo de criação do Monumento Natural Casa Gruta de Pedra, no sertão cearense, trouxe vários desafios - desde encontrar uma consultoria para os estudos técnicos, até o envolvimento de parceiros e comunidade. O projeto foi financiado com fundo direcionado do estado, e envolveu um processo de mais de dois anos, gerando inclusive a publicação de um livro sobre o tema.

12º Tópico – Integração com o entorno

Neste bloco, discutiu-se a integração das UCs com o entorno.

Maria do Rosário da Coordenadoria de Unidades de Conservação da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Ambiental de Rondônia, trouxe um panorama das UCs existentes em Rondônia: O estado tem 49 UCs, que protegem cerca de 2,5 milhões de hectares, o que corresponde a pouco mais de 10% da área total do Estado. Essas UCs são representadas por várias categorias, como Parques, Estações Ecológicas, Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Áreas de Proteção Ambiental, muitas delas criadas em 2018. Dentre elas, destaca-se o Parque Estadual Corumbiara, conhecido como o parque dos três biomas, já que seus 385 mil hectares protegem áreas de transição entre Cerrado, Pantanal e Floresta Amazônica.

A UC foi criada em 1996, antes da criação do SNUC e o processo se deu sem envolvimento das comunidades que vivem no entorno. O processo de constituição do conselho da unidade teve início em 2006, com recurso do programa ARPA - Áreas Protegidas da Amazônia, mas apenas em 2010 foi publicado, por entraves políticos. Considerando o tamanho da UC, as dificuldades de acesso aos diferentes municípios e a diversidade cultural presente no território, o regimento interno do Conselho previu que as reuniões ocorressem em formato de rodízio. Isso permitiu à equipe do parque estar em contato mais frequente com as comunidades e municípios e ampliar as parcerias e a interlocução, inclusive com o Parque Nacional Noel Kemp Mercado, que fica contíguo ao Parque Estadual Corumbiara, em território boliviano.

Angélica Beatriz, da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins, apresentou o trabalho de fortalecimento da interação social no Parque Estadual do Jalapão. O processo se deu por meio de uma iniciativa chamada “Travessia”, que promovia reuniões com as comunidades, com visitas de 2-3 dias, para compreender o estilo de vida e desafios de cada uma delas, bem como buscar oportunidades de parceria e integração de ações. Segundo Angélica, a troca de conhecimentos entre os moradores e técnicos do parque ajuda a encontrar as melhores soluções para o manejo dos recursos naturais.

Dentre os aprendizados desse processo, os encontros com as comunidades permitiram compreender que é fundamental investir tempo e diálogo para que elas possam compreender e se apropriar da importância do parque. Esse diálogo contribuiu para quebrar o distanciamento entre os gestores e a comunidade, envolver as crianças locais, colocá-los à frente das discussões e ampliar a interação e apoio das comunidades à UC.

13º Tópico – Modernização e Inovação

O bloco sobre modernização e inovação teve início com a apresentação de **Doris da Silva**, da Secretaria de Meio Ambiente do Ceará. Ela apresentou o programa cientista chefe, que visa unir o meio acadêmico à gestão pública, com vistas a buscar soluções de ciência e tecnologia para produzir inovação na gestão pública e, com isso, melhorar os serviços prestados e garantir qualidade de vida à população.

O Ceará tem 95 UCs, que protegem mais de um milhão de hectares. Ao longo dos anos do programa, a secretaria tem trabalhado tentando cumprir o desafio de ampliar as áreas protegidas e contribuir com os tratados internacionais.

De 2014 a 2021, por exemplo, foram criadas 11 unidades de conservação estaduais e duas municipais, e até o final de 2022, está prevista a criação de mais sete UCs, totalizando 41 UCs estaduais no Estado. O programa tem contribuído no processo de criação de UCs, com a condução de estudos técnicos, além da revisão/elaboração de PMs – Planos de Manejo, ZEE - zoneamento ecológico e econômico de algumas regiões, como o Maciço de Baturité.

O ZEE será um grande instrumento na implementação do programa, com os estudos científicos realizados no território contribuindo para embasar políticas públicas. O Maciço de Baturité tem boa parte de sua área dentro de uma Área de Proteção Ambiental, além de uma área de um Refúgio de Vida Silvestre que contribui para a proteção do Periquito Cara Suja, uma espécie endêmica do Nordeste.

O programa também apoiou o desenvolvimento de seis planos de manejo, que com apoio da equipe de pesquisadores foram elaborados em cerca de 4 meses.

Na sequência, **Daniel Slomp**, da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul, falou sobre a modernização do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do estado, regulamentado em 2016. Já em 2017 foram identificados muitos desafios para o avanço do sistema, como inúmeros processos abertos com documentação incompleta, dificuldade de cadastrar as UCs municipais, dentre outros, o que contribuía para a falta de transparência dos trâmites e gerava morosidade aos processos. Para enfrentar esses desafios, com vistas a produzir soluções, o Estado estabeleceu um Sistema online de licenciamento ambiental (Sistema SOL), que visou promover agilidade e transparência aos processos, sem onerar os municípios.

O SOL possui um filtro que não permite que os processos avancem caso todos os documentos requisitados não sejam inseridos. Ele também permite que os municípios que tramitam processos físicos abram um expediente administrativo para acompanhar o processo. Toda a documentação do município fica acessível à Secretaria e também ao município, facilitando a gestão via sistema. O SOL também ajuda o próprio licenciador a seguir todos os procedimentos legais, de forma bastante intuitiva e permite o controle dos períodos processuais. Por fim, por serem documentos de acesso público, o sistema preserva um ambiente de transparência e legalidade.

Em sequência, **Cristiane Peres**, da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins, fez uma apresentação sobre o GESTO - Sistema de Gestão de Unidades de Conservação do Estado. O Tocantins foi o primeiro estado brasileiro a implantar o sistema de apoio à gestão das UCs e foi construído a partir de uma parceria com a ONG The Nature Conservancy.

O GESTO permite gerenciar a UC desde o seu processo de criação, mantendo o histórico de ações envolvendo a unidade (trabalhos de campo, atas de consultas públicas, etc.), até a implementação da unidade, com informações sobre Conselho e gerenciamento financeiro e administrativo. O sistema permite entender as ações de cada gestor sobre a UC, garantindo a transparência aos usuários. Além disso, pesquisadores e estudantes também têm melhor acesso à informação, facilitando o desenvolvimento da ciência e pesquisa. Outro benefício é adicionar clareza aos investidores na busca de fundos para uma UC e uma boa comunicação com as comunidades do entorno.

O sistema tem informações que são públicas, como o histórico da UC, as pesquisas realizadas na unidade, a lista de espécies presentes, a situação fundiária, o mapa da zona de entorno, agenda dos conselheiros ativos no mandato do conselho, patrimônio e infraestrutura (muito útil para os gestores), entre outras. E conta ainda com um ambiente apenas para uso interno, sem acesso público, como as rotas de fiscalização, dados confidenciais de situação fundiária, pontos críticos de fogo e recursos financeiros.

14º Tópico – Revisão do Plano de Manejo com base no roteiro metodológico do ICMBio

No último bloco, **Mirna Caniso**, da Divisão de Áreas Naturais Protegidas e Biodiversidade, DAPBio do Acre, falou sobre a revisão do Plano de Manejo da Área Proteção Ambiental Lago do Amapá (Acre), durante a pandemia de Covid-19. A APA é uma UC de uso sustentável, com relevância estratégica para a cidade de Rio Branco, já que contribui para preservar o manancial que abastece a capital. Ela foi criada há 17 anos e seu Plano de Manejo foi elaborado em 2010, sob o roteiro metodológico apoiado pela GTZ (atualmente GIZ). Uma das primeiras conquistas que o processo trouxe foi corrigir os limites e tamanho da área da UC (de 5.508ha para 5.202ha), que provavelmente estava distorcido por conta da tecnologia disponível no momento da elaboração.

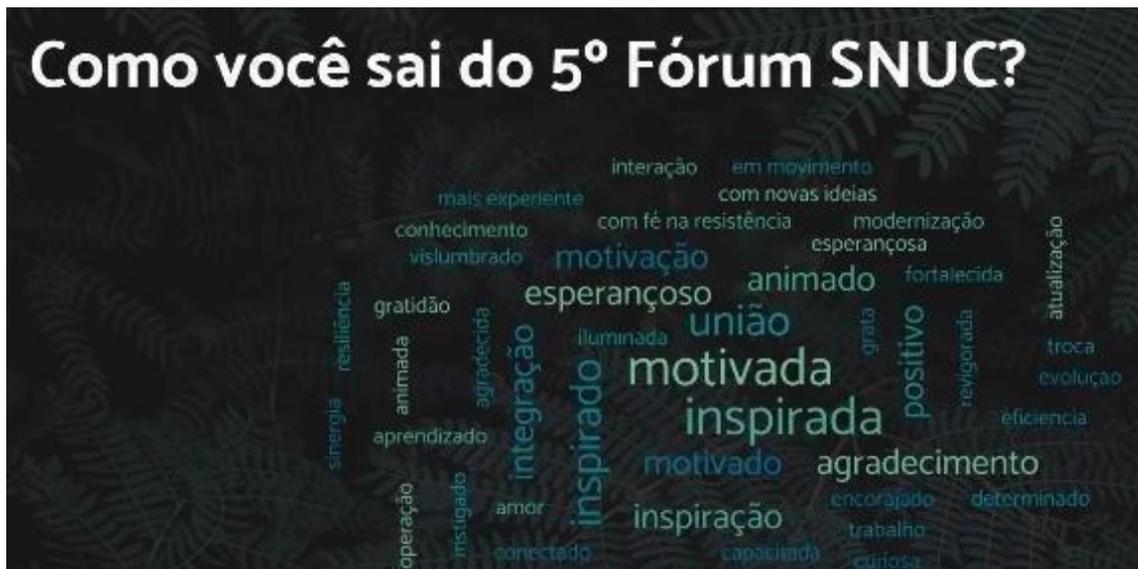
O processo de revisão do Plano de Manejo levou cerca de 1 ano e 3 meses e foi feito em três frentes: um eixo institucional, olhando para dentro da instituição; um de atuação com a comunidade e um com outros parceiros. A primeira ação foi reunir os antigos gestores da área para recapitular questões históricas e resgatar a memória do processo, permitindo a avaliação de avanços e restrições, e a análise do que não avançou nos últimos anos, com a aplicação do RAPPAM (do inglês Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management). Também foi estabelecido um comitê de acompanhamento técnico, com trabalho de campo dos pesquisadores, levantamento do meio biótico etc, para que avaliassem produtos técnicos da consultoria. Conciliar as agendas dos técnicos de outros setores foi um grande desafio, além disso, a implantação paralela do sistema de gestão das UCs no estado (SEI) também foi um grande aprendizado.

A equipe identificou que houve grande mudança no número de habitantes da Área de Proteção Ambiental, que saiu de cerca de 700 para mais de 5 mil, desde a elaboração do último plano de manejo. Também foi necessário construir um entendimento sobre o roteiro metodológico com a consultoria, com o desafio de garantir representatividade da comunidade. Mesmo realizando eventos menores, um grande número de moradores das comunidades que integram a Área de Proteção Ambiental esteve presente em diferentes momentos, somando mais de 110 participantes das comunidades. Atualmente, estão na fase de publicação da portaria aprovando o novo plano.

Alex Nazário, do IMA – Instituto de Meio Ambiente de Alagoas, apresentou a experiência de revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Santa Rita, a partir do roteiro metodológico do ICMBio. Trata-se de uma unidade de conservação vizinha à capital Maceió, o que contribui para gerar muita pressão sobre a UC, especialmente no que diz respeito ao uso e ocupação do solo e dos recursos. A Área de Proteção Ambiental é costeira e tem mais de 10 milhas náuticas de comprimento, com grande variabilidade de ambientes, como restingas, manguezais, recifes, encostas de tabuleiros e planícies litorâneas. Criada em 1984, teve duas revisões em seu plano de manejo. As ocupações eram inicialmente de comunidades tradicionais e nos últimos anos a área teve avanço de antropização e urbanização. As manifestações culturais e religiosas são bastante expressivas, inclusive por meio da culinária e da arte. A primeira edição do Plano de Manejo é de 2009 e a segunda de 2014. Os planos seguiram o antigo roteiro metodológico do ICMBio, muito densos em diagnósticos, mas com dados desatualizados. Nesse último processo de revisão, seguindo o novo roteiro metodológico do ICMBio, o foco do planejamento é a gestão, possibilidade de incremento dos dados, inserção de elementos norteadores, a criação de um propósito da UC e declarações de significância, em linguagem acessível às comunidades do entorno, garantindo a participação de todos os atores relevantes, entre outros benefícios. Foram gerados também subsídios financeiros para a implementação da UC, bem como identificadas questões chave de relevância para a elaboração do Plano de Manejo, que por sua vez estará disponível no site do IMA. Por fim, o técnico do IMA incentivou os outros estados a usarem este roteiro metodológico para padronização da situação das UCs no Brasil.

Avaliação do encontro e encerramento

Uma vez encerrada a sessão de apresentação das boas práticas, rumando para o encerramento do 5º Fórum, a equipe de moderação procedeu a uma breve avaliação do encontro. Por meio da ferramenta *Mentimeter*, os participantes foram convidados a utilizar palavras-chave para responder como eles saíram do evento. Dentre as palavras que mais se destacaram estavam: motivação, inspiração, agradecimento, como vê-se na Figura 4.

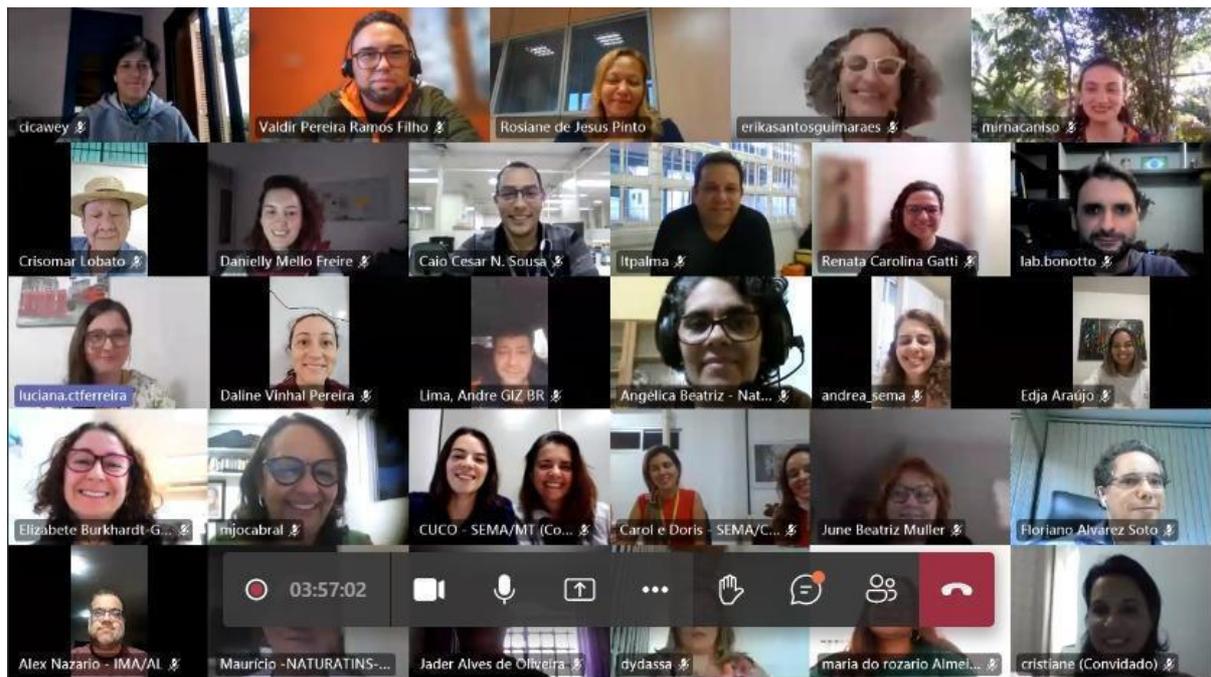
Figura 4 - Avaliação do fórum feita pela ferramenta *Mentimeter*

Também foi perguntado aos mesmos, como forma de preparar para o 6º Fórum, quais os temas e expectativas para o próximo encontro. O resultado está apresentado no apêndice 10 deste relatório.

O encerramento foi realizado pelo Diretor do DAP/MMA, **Valdir Pereira Ramos Filho**, que enalteceu a importância de manter a rede de dirigentes engajada e os debates aquecidos. **Rosiane Pinto**, como coordenadora responsável pela organização do Fórum, complementou a fala do Diretor reiterando os agradecimentos a todos que estiveram envolvidos com a preparação do Encontro, incluindo as equipes do DAP, GIZ e Instituto Ekos.

A figura 5 representa uma mostra dos participantes presentes no último dia do 5º encontro do Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC.

Figura 5 - Foto de uma amostra de participantes do terceiro dia de evento



2. Considerações finais

O evento foi realizado conforme programação e organização do DAP/MMA, GIZ e Instituto Ekos Brasil. A avaliação geral foi positiva por parte dos participantes, como apresentado no apêndice 11 que contém os resultados captados pela aplicação do *Google Forms* aos participantes após final do encontro. De modo geral houve extensa participação dos dirigentes e representantes de outras instituições, assim como grande interesse por todas as temáticas expostas ao longo dos três dias do 5º Encontro do Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC.

A programação foi bastante extensa, contribuiu para oferecer protagonismo às experiências e soluções desenvolvidas pelos estados e demais parceiros nos diversos aspectos relacionados à implementação do SNUC. Dentre os principais pontos de oportunidades de melhoria identificados para o próximo Encontro estão a ampliação do tempo de fala dos convidados e a possibilidade de realizar o evento presencialmente ou em modelo híbrido, uma vez que, desde o início da pandemia, o evento tem sido realizado totalmente de maneira virtual. De acordo com os dirigentes, um encontro presencial poderia agregar valor no *networking* entre os mesmos e as instituições convidadas.

As dinâmicas adotadas também foram bem avaliadas e os resultados produzidos pelos diálogos em grupo demonstram o engajamento e a qualidade dos participantes. Não resta dúvidas de que o Fórum é uma instância fundamental para fortalecer a gestão e integração no bojo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e que o ambiente do evento contribuiu para promover trocas importantes, que serão um insumo indispensável para o desenho de uma Estratégia para o SNUC. De um modo geral o evento foi bem-sucedido, resultado da dedicação e planejamento de todos os envolvidos no processo (participantes e equipe organizadora).

3. APÊNDICE

Apêndice 1 - Conteúdo Programático do 5º Encontro do Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC.

Tema:	5º Encontro do Fórum de Dirigentes SNUC					
Parceiros DAP	GIZ, Instituto Ekos Brasil					
Data	18 a 20 de maio de 2022					
Dia	min	Horário		Etapa	Formato/conteúdo	Participantes
DIA 1						
18/05/22	15	8h45	9h	Entrada dos palestrantes	Entrada na ferramenta Alinhamento dos palestrantes e mediadores	- Palestrantes e moderadores (host e co-hosters do <i>Teams</i>)
18/05/22	10	9h	9h10	Abertura	Fala de abertura do DAP/MMA de Boas-vindas	Valdir Pereira Ramos Filho, Diretor do DAP/SAP/MMA

18/05/22	15	9h15	9h30	Abertura	ABEMA / ICMBio / CNRPPN / GIZ - momento foto <i>Teams</i>	Sra. Deise de Oliveira Delfino, Superintendente de Convênios e Contratos do - INEA - RJ representando a ABEMA. Marcos Simanovic - Presidente ICMBio. Marco Antônio de Resende Ferreira - Presidente da CNRPPN. Fabiana Pirondi, Diretora do Projeto GIZ.
18/05/22	5	9h35	9h40	Moderação	Acordos em sala virtual	Danielly Mello Freire - Ekos
	12	9h40	9h55	Compensação Ambiental	Métodos de execução para a compensação ambiental federal	Luciano Oliveira - IBAMA
	12	9h55	10h10	Compensação Ambiental	SISCOMP - ICMBio - Sistema de Compensação Ambiental	Samuel Albano - ICMBio

18/05/22	12	10h10	10h25	Compensação Ambiental	Decreto Nº 31.278/2022, que regulamenta a Câmara de Compensação Ambiental e cria o Comitê.	Rafael Laia - Supervisor do Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação do IDEMA-RN
18/05/22	12	10h25	10h40	Compensação Ambiental	Plano Operativo Anual (POA) considerando os recursos de compensação ambiental	Leonardo Palma – IMASUL-MS
18/05/22	15	10h40	10h55	Plenária de Dúvidas		todos
18/05/22	10	10h55	11h05	INTERVALO		
18/05/22	12	11h05	11h20	Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	Floresta + Comunidades	Clarisse Cruz-Deflor/SAS/MMA
18/05/22	12	11h20	11h35	Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	Pagamento por serviços ambientais a pescadores artesanais, comunidades quilombolas, pequenos agricultores e proprietários de RPPNs	Joana Fava Alves - Fundação Florestal SP

18/05/22	15	11h35	11h50	Plenária de Dúvidas		todos
18/05/22	12	11h50	12h05	Parcerias	Parceria em Rede Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ): Uma estratégia de apoio à gestão de unidades de conservação e fortalecimento territorial	Angela Pellin – Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ
18/05/22	12	12h05	12h20	Parcerias	Instrumentos e mecanismos de parcerias: engajamento de monitores, comunidades tradicionais, ONGs e empresários na gestão das UCs	Gustave Gilles Lopez e Daniel Raimondo Silva - Fundação Florestal SP
18/05/22	12	12h20	12h35	Parcerias	Programa Pesca para Sempre – co-gestão nas Resex do Pará	Monique Galvão - Rare Brasil
18/05/22	10	12h35	12h45	Plenária de Dúvidas		todos
18/05/22	60	12h45	13h30	ALMOÇO		

18/05/22	15	13h30	13h45	Biogás e Biometano	Biogás e Biometano: Aspectos Técnicos e Econômicos	Mauricio Cabral - CIBiogás
18/05/22	15	13h45	14h	CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	Atualizações, breve informe com 1 vídeo	Rosiane Pinto - DAP/MMA
18/05/22	25	14h	14h25	SAMGe - Sistema de Avaliação, Manejo e Gestão	Apresentação do status	Francine Baptista - DAP/SAP/MMA, Natalia Barros Freire e Joany Deodato da Silva - CPRH-PE
18/05/22	15	14h25	14h40	Equidade na gestão e governança UCs	Equidade na gestão e governança de UCs	Claudio Maretti - Consultoria Projeto Áreas Protegidas Locais e SNUC LifeWeb
18/05/22	12	14h40	14h55	Monitoramento da Biodiversidade	Apresentação ICMBio	Keila Mendes - ICMBio
18/05/22	12	14h55	15h10	Monitoramento da Biodiversidade	Boa Prática Estado do Acre	Marilene Brazil - SEMAPI/AC
18/05/22	12	15h10	15h25	Monitoramento da Biodiversidade	Boa Prática Estado de SP	Edson de Oliveira - Fundação Florestal / SP

18/05/22	15	15h25	15h40	Plenária de Dúvidas		todos
18/05/22	10	15h40	15h50	INTERVALO		
18/05/22	12	15h50	16h05	RPPN	Iniciativas Municipais	José Luciano de Souza - Consultoria Projeto Áreas Protegidas Locais
18/05/22	12	16h05	16h20	RPPN	Fortalecimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do RN, com a edição do decreto Nº 31.283/2022	Rafael Laia - Supervisor do Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação do IDEMA -RN
18/05/22	5	16h20	16h35	RPPN	Criação e Gestão de RPPNs	Laercio de Sousa - Funatura
18/05/22	5	16h35	16h40	Plenária de Dúvidas	Edital GEF Terrestre (DAP)	Todos
18/05/22	12	16h40	16h55	Regularização Fundiária	Compensação de Reserva Legal por meio de doação ao Poder Público de área localizada no interior de UC pendente de regularização fundiária	Rodrigo Levkovicz - Fundação Florestal/SP

18/05/22	12	16h55	17h10	Regularização Fundiária	Compensação de áreas de supressão de vegetação em UCs estaduais	Luciano Bonotto - IMA/SC
18/05/22	12	17h10	17h25	Regularização Fundiária	Parcerias celebradas, regularização fundiária realizada: ESEC Três Irmãos	Wanda Cristina e Capitão Feitosa - SEDAM/RO
18/05/22	15	17h25	17h40	Plenária de Dúvidas		todos
DIA 2						
19/05/22	15	13h45	14h	Entrada dos palestrantes	Entrada na ferramenta Alinhamento dos palestrantes e mediadores	Palestrantes e moderadores (host e co-hosters do Teams)
19/05/22	5	14h		Entrada participantes		Todos
19/05/22	25	14h05	14h30	PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas	Devolutiva do MMA em referência ao Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas	Rosiane Pinto - DAP/SAP/MMA

19/05/22	15	14h30	14h45	Rodada de Perguntas	Esclarecimento das dúvidas dos participantes	DAP
19/05/22	75	14h45	16h	Dinâmica PNAP 1 – chuva de ideias sobre desafios	Levantamento de Subsídios para construção de uma proposta de Plano de Ação para elaboração da Estratégia SNUC	Facilitação Ekos
19/05/22	10	16h	16h10	INTERVALO		
19/05/22	40	16h10	16h50	Devolutiva sobre as discussões dos grupos em Dinâmica 1	Grupos compartilham os levantamentos feitos sobre detalhamento de desafios de cada eixo	Cada grupo irá eleger uma ou duas pessoas para apresentar de maneira macro os desafios listados

19/05/22	30	16h50	17h20	Dinâmica PNAP 2 Esferas de Influência para o PA	Apresentar o conceito de Esferas de Influência, apresentar a lista de instituições mapeadas e classificá-las como imprescindíveis, importantes e desejáveis para a discussão no Plano de Ação e desenho da estratégia	Facilitação Ekos: a partir da sistematização os presentes colocarão as demais instituições/atores que precisam fazer parte da construção do Plano de Ação, usando a ferramenta <i>Padlet</i>
19/05/22	5	17h20	17h25	Encerramento do dia		Ekos GIZ DAP
DIA 3						
20/05/22	15	13h45	14h	Entrada dos palestrantes	Entrada na ferramenta Alinhamento dos palestrantes e mediadores	Palestrantes e moderadores (host e co-hosters do <i>Teams</i>)
20/05/22	5	14h	14h05	Entrada participantes		Todos

20/05/22	10	14h05	14h15	Resumo	Resumo sobre temas discutidos nos dois primeiros dias de evento	Maria Cecília Wey de Brito - Ekos
20/05/22	12	14h15	14h30	Boas Práticas - Criação de UC	Fomento à criação de Unidades de Conservação de âmbito Municipal	Floriano Soto - INEMA/BA
20/05/22	12	14h30	14h45	Boas Práticas – Criação de UC	Coordenação do processo de criação de duas novas UC no Tocantins.	Angélica Beatriz - NATURATINS/TO
20/05/22	12	14h45	15h	Boas Práticas – Criação de UC	A articulação com a academia, prefeituras e sociedade na elaboração dos estudos técnicos	Andrea Moreira - SEMA/CE
20/05/22	10	15h	15h10	Plenária de Dúvidas		todos
20/05/22	12	15h10	15h25	Integração com entorno	Conselho Consultivo do PES Corumbiara: reuniões em sistema de rodízios	Maria do Rozario - SEDAM/RO

20/05/22	12	15h25	15h40	Integração com entorno	Fortalecimento da interação social por meio de apoio aos produtores rurais no entorno do Parque Estadual do Jalapão.	Angélica Beatriz - NATURATINS/TO
20/05/22	10	15h40	15h50	Plenária de Dúvidas		todos
20/05/22	10	15h50	16h	INTERVALO		
20/05/22	12	16h	16h15	Modernização / Inovações	Instituição do Programa Cientista-chefe do Meio Ambiente	Artur Bruno - Secretário SEMA/CE
20/05/22	12	16h15	16h30	Modernização / Inovações	Cadastramento das UCs Municipais dentro do SEUC, através do Sistema Online de Licenciamento Ambiental - SOL	Daniel Slomp - SEMAD/RS
20/05/22	12	16h30	16h45	Modernização / Inovações	Implementação do sistema de gestão de unidades de conservação.	Cristiane Peres - SEMARH/TO
20/05/22	10	16h45	17h	Plenária de Dúvidas		todos

20/05/22	12	17h	17h15	Revisão do Plano de Manejo	Revisão do Plano de Manejo com base no roteiro metodológico do ICMBio - APA Lago do Amapá	Mirna Caniso - SEMAPI/AC
20/05/22	12	17h15	17h30	Revisão do Plano de Manejo	Revisão do Plano de Manejo com base no roteiro metodológico do ICMBio - APA Lago Santa Rita	Alex Nazario - IMA/AL
20/05/22	10	17h30	17h40	Plenária de Dúvidas		todos
20/05/22	10	17h40	17h50	Dinâmica 3 – Encerramento	Uso da ferramenta <i>Mentimeter</i> para criação de nuvem de palavras sobre o evento	Todos - Facilitação Ekos
20/5/22	10	17h50	18h	Encerramento	Fala de encerramento Avaliação do evento (envio do <i>Forms</i>) Sugestões para o 6º Encontro do Fórum Dirigentes do SNUC	DAP / GIZ / Ekos

					Agradecimentos Finais	
--	--	--	--	--	--------------------------	--

Apêndice 2 - Lista de presença referente ao dia 18 de maio de 2022 do 5º Fórum.

Observação: As listas dos apêndices 2,3 e 4 são uma mescla entre a lista de presença emitida pela plataforma *Teams* e pela ferramenta *Forms*. Os participantes que não realizaram o preenchimento pelo Google Forms não estão com a instituição e cargos indicados, pois essa é uma informação que não é apresentada pela plataforma *Teams*.

Nome completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Adalberto Luiz De Souza Neto	souza.adalberto@gmail.com	AL	IMA/AL
Alex Nazario Silva Oliveira	alexnazario@hotmail.com	AL	IMA/AL - Consultor técnico
Alexandre Camargo Ferrazoli	alexandre.ferrazoli@funbio.org.br		FUNBIO
Aline Do Amaral Pereira	Aline.amaral@mma.gov.br	DF	MMA
Ana Célia Saraiva De Moura Garcia	anaclia1@gmail.com	PE	SEMAS - analista ambiental
Ana Claudia Da Costa Leitão	anaclauleitao@gmail.com	AM	Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA
Ana Letícia Aniceto Lowen	analeticialowen@iat.pr.gov.br	PR	IAT/PR
Andre Carlos Schiessl	andre.schiessl@mma.gov.br	DF	MMA
André Eiterer			
André Lima	andre.lima@giz.de	DF	GIZ BR
André Luiz			

Nome completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Andrea De Sousa Moreira	andrea.moreira@sema.ce.gov.br	CE	Secretaria do Meio Ambiente e Célula de Conservação da Diversidade Biológica
Andrea Varella Teixeira	andrea.varella@mma.gov.br	DF	MMA - DAP
Angela Pellin			IPÊ
Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves	beag482@gmail.com	TO	NATURANTINS/TO
Angelina			
Ângelo Guimarães Simão	cnrppn@rppn.org.br	PR	RPPN/PR
Capitão Feitosa		RR	Exército
Carol Viana		CE	SEMA/CE
Carolina Barbosa De Lima	carolinabarbosa.lima@semas.pe.gov.br	PE	SEMAS/PE
Caroline Bastos De Alencar Viana	carolviana_@hotmail.com	CE	SEMA/CE
Celso Franco Damasceno	celsofrancodamasceno@gmail.com	RO	SEDAM/RO - CUC
Clarice Costa	claricecosta.inea@gmail.com	RJ	INEA/RJ
Clarissa Scofield Pimenta	clarissa.pimenta@funbio.org.br	RJ	FUNBIO - Gerente de Projetos

Nome completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Clarisse Cruz (Guest)			
Cláudio Maretti	claudio.maretti.1958@gmail.com	SP	
Cleonice Pires			
Cordeiro		PE	SEMAS/PE
Crismar Lobato			
Cristophe Saldanha Balmant	cristophe.balmant@mma.gov.br	DF	DAP/MMA - Analista Ambiental
Cuco		MT	SEMA/MT
Daline Vinhal Pereira	daline.pereira@mma.gov.br	DF	MMA
Daniel Raimondo E Silva	danielrs@fflorestal.sp.gov.br	SP	Fundação Florestal/SP - Gestor de UC e Assessoria para Parcerias
Daniel Vilasboas Slomp	daniel-slomp@sema.rs.gov.br	RS	SEMA-RS
Danielle Souza Castro	daniellesouzacastro@gmail.com	RO	FEMARH/RO - Chefe de Divisão da Unidade de Conservação
Danielly Mello Freire	danielly.freire@ekosbrasil.org	SP	Ekos Brasil
Débora Rocha Aguiar Veras	deborarav.inea@gmail.com	RJ	INEA
Deise Delfino		RJ	INEA/ABEMA

Nome completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Denner Ribeiro			
Diogo Signor	diogosignor@ima.sc.gov.br	SC	IMA/SC
Dirliany Lopes De Almeida	dydassa@hotmail.com	RO	
Doris Day Santos Da Silva	doris.santos@sema.ce.gov.br	CE	SEMA/CE
Dydassa	dydassa@hotmail.com		
Edja Santos De Araújo	edja.araujo24@gmail.com	AL	IMA/AL
Edson Montilha De Oliveira	edson.montilha@fflorestal.sp.gov.br	SP	Fundação Florestal/SP
Eduardo Ildfonso Lardosa	edulardosa@gmail.com	RJ	INEA-RJ - Núcleo RPPN
Elizabete Burkhardt	eburkhardt@imasul.ms.gov.br	MS	IMASUL/MS- Gerência de UCs - Unidade de Cadastro de UCs e ICMS Ecológico
Elizandra Frazão	gcarf@sema.mt.gov.br	MT	Gerência de Compensação Ambiental e Regularização Fundiária (GCARF) - SEMA/MT
Enrico Marone	emarone@rare.org		RARE
Eric Rezende Kolailat	eric.kolailat@goias.gov.br	GO	SEMAD/GO
Erika Santos Guimaraes	erikasantosguimaraes@gmail.com	BA	Ekos Brasil

Nome completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Euryandro Costa		AP	SEMA/AP
Fabiana Regina Pirondi Dos Santos,	fabiana.pirondi@giz.de	DF	GIZ BR
Fábio Matsumoto Ricarte	fabio.ricarte@mma.gov.br	DF	MMA
Felipe Feitosa Camacho	ffeitosac@gmail.com	AM	4 CGEO (Exército)
Fernando Almeida Costa	fcosta.agro@gmail.com	DF	Brasília Ambiental
Flavia Cabral Pereira	flavia.cabral@mma.gov.br	GO	MMA
Flávia Neri De Moura			
Flavio Jose Sardinha	flavio.jose@mma.gov.br	DF	MMA
Floriano Alvarez Soto	floriano.soto@inema.ba.gov.br	BA	INEMA/BA
Francicélio Mendonça			
Francine Diniz Baptista	francine.baptista@mma.gov.br	DF	MMA
Francisco Das Chagas Miranda Carvalho Júnior	francisco.carvalho@sema.ma.gov.br	MA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais/MA - Analista Ambiental
Gabriela Rocha Priante Teles De Ávila	gabrielapriante@sema.mt.gov.br	MT	Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/MT) - Superintendente de Mudanças Climáticas e Biodiversidade (SUBIO)

Nome completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Geovane		RN	IDEMA/RN - Analista ambiental
Giovanna Cordeiro			
Gleidson Almeida Aranda	gleidson.aranda@gmail.com	AM	Secretaria de Estado do Meio Ambiente-AM - Chefe do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação
Gleis Kelly			
Gleydson Castelo Branco Galeno	gleydson.castelo@cprh.pe.gov.br	PE	CPRH - Gerente da Unidade de Gestão das Unidades de Conservação
Gustave Gilles Lopez	glopez@fflorestal.sp.gov.br	SP	Fundação Florestal/SP - Núcleo de Negócios e Parcerias Sustentáveis
Gustavo Henrique Kayser Vargas	gustavovargas@iat.pr.gov.br	PR	IAT/PR
Heliz Menezes Da Costa	heliz.costa@funbio.org.br		FUNBIO
Hudson Mota Lima Pereira	hud.iat.biodiv@gmail.com	PR	IAT/PR
Jader Alves De Oliveria	jader.oliveira@mma.gov.br	DF	MMA
Jaqueline Rodrigues Da Silva	jaqueline.silva.terceirizada@mma.gov.br	DF	MMA
Joana Dias Tanure	joana.tanure@mma.gov.br	DF	MMA

Nome completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Joana Fava Cardoso Alves	joanafa@fflorestal.sp.gov.br	SP	Fundação Florestal/SP
Joany Deodato		PE	
Joao Paulo Freitas	joao.freitas@giz.de	DF	GIZ BR
Jorge De Andrade Freires	jafreires@fflorestal.sp.gov.br	SP	Fundação Florestal/SP
Jorge Velloso Vianna	jorge.veloso@gmail.com	BA	CNRPPN e Instituto Água Boa - Sec. Executivo
José Cordeiro Dos Santos	oriedroc.jose@gmail.com	PE	Secretaria de Meio Ambiente/PE
Juçara Garcia Ribeiro	jucara.garcia@iat.pr.gov.br	PR	IAT/PR
Julia Bochner			(Presidência do INEA)
Juliana			
Juliana Cristina Ribeiro	juliana_ribeiro@sedest.pr.gov.br	PR	SEDEST/PR
June Müller	june.muller@mma.gov.br	DF	MMA - Analista Ambiental
Jussara Souza Oliveira	jussaraoliveira@sema.mt.gov.br	MT	Secretaria De Estado De Meio Ambiente De MT - SEMA-MT
Karla Straioto Spessatto	straioto@ima.sc.gov.br	SC	IMA/SC
Keila Rego Mendes	keila.mendes@icmbio.gov.br		ICMBio

Nome completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Laercio			REDE de RPPN Brasil
Leonardo Tostes Palma	ltpalma@hotmail.com	MS	IMASUL/MS - Gerente de Unidades de Conservação
Luana			
Luciana.Ctferreira	luciana.ctferreira@gmail.com	SP	Ekos Brasil
Luciano Augusto Bonotto	lab.bonotto@gmail.com	SC	IMA/SC
Luciano Do Nascimento De Oliveira	luciano.oliveira@ibama.gov.br		IBAMA
Luciano Souza		DF	Consultor
Márcia Nogueira Franceschini	marcia.franceschini@mma.gov.br	DF	MMA
Marco Antonio De Resende Ferreira			
Marcos De Castro Simanovic	marcos.simanovic@icmbio.gov.br	DF	ICMBio
Maria Do Perpétuo Socorro Rodrigues De Almeida	socorroalmeida.ideflor.bio@gmail.com	PA	IDEFLOR/PA
Maria Do Rozario Almeida Da Silva	rosario.sedam@gmail.com	RO	SEDAM/RO
Maria José Olímpio Cabral	mjocabral@yahoo.com.br	RN	IDEMA/RN - Técnica de Nível Superior do Núcleo de Unidades de Conservação

Nome completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Maria Luiza Galvão Coimbra Martins	marymartinsgalvao@gmail.com	RR	FEMARH/RR (Secretária de Divisão da Divisão de Unidade de Conservação)
Marilene Vasconcelos Da Silva Brazil	marilene.biologa@gmail.com	AC	SEMAPI/AC
Maurício			CIBiogás
Mauricio Guerra		PE	SEMAS/PE
Mauricio José Alexandre De Araújo	mauriciojalapao@gmail.com	TO	NATURANTINS/TO
Mjocabral	mjocabral@yahoo.com.br		
Monique B Galvão	mgalvao@rare.org	SP	Rare Brasil - Vice-Presidente
Natália Freire Barros	natalia.barros@cprh.pe.gov.br	PE	CPRH/PE
Pedro Ribeiro Martins	peedrorm@gmail.com	DF	FAPDF/IBRAM-Bolsista (Assistente de pesquisa)
Pedro Simões Soares	pedro.soares@icmbio.gov.br		ICMBio
Rafael			Chefe de Divisão de Fauna
Rafael Agrello Dias	rafael.dias@mma.gov.br	SC	MMA. ANALISTA AMBIENTAL
Rafael Camilo Laia	rafaelaia@yahoo.com.br	RN	Coordenador do Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação - NUC/IDEMA/RN

Nome completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Rafael Pinheiro Pereira	rafaelcpz159@gmail.com	RR	FEMARH/RR - Chefe de Divisão de Aquicultura Gestão e Fauna
Ramiro Gustavo Valera Camacho	ramirogustavovc@gmail.com	RN	NUC IDEMA RN/RDSEPT
Renata Carolina Gatti	renata.gatti@mma.gov.br	DF	MMA
Renata Da Matta		RJ	INEA/RJ
Roberto Palmieri		SP	Ekos Brasil
Rodolfo C. Costa Gomes Marçal	rodolfo.marcas@funbio.org.br		Funbio
Rodrigo Levkovicz	rlevkovicz@sp.gov.br	SP	Fundação Florestal/SP
Rodrigo Neratika	rodrigoneratika@iat.pr.gov.br	PR	IAT/PR
Ronaldo César César Bomfim Santos Júnior	rcbs_j@hotmail.com	PE	CPRH/PE - Analista em Gestão Ambiental
Rosiane De Jesus Pinto	rosiane.pinto@mma.gov.br	DF	MMA
Samuel Albano Amorim	samuel.amorim@icmbio.gov.br	DF	ICMbio
Sendy Moreira Reis	sendyreis@sema.mt.gov.br	MT	SEMA/MT
Socorro Almeida			IDEFLOR-Bio/PA
Solange Macedo Soares	soll478@hotmail.com	RR	FEMARH/RR - Chefa da Divisão de Reflorestamento - DRCF

Nome completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Soraya Alves			
Tereza Cristina Polato Hoffmann	tereza.hoffmann@jat.pr.gov.br	PR	Instituto Água e Terra / Geógrafa
Valdir Pereira Ramos Filho	valdir.filho@mma.gov.br	SP	MMA. - Diretor
Vanessa Teixeira		RJ	DIBAPE INEA/RJ
Vivian Saddock Da Silva	vivian.silva@funbio.org.br		Funbio
Wanda Cristina		RO	

Apêndice 3 - Lista de presença referente ao dia 19 de maio de 2022 do 5º Fórum.

Nome Completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Adalberto Luiz De Souza Neto	souza.adalberto@gmail.com	AL	IMA/AL - Gerente
Adalberto Souza		AL	IMA/AL
Alex Nazario Silva Oliveira	alexnazario@hotmail.com	AL	IMA/AL - Consultor Técnico
Aline Do Amaral Pereira	Aline.amaral@mma.gov.br	DF	MMA
Ana Célia Garcia		PE	SEMAS/PE

Nome Completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Ana Célia Saraiva De Moura Garcia	anaclia1@gmail.com	PE	SEMAS/PE - Analista Ambiental
Ana Leticia Lowen			
Andre Carlos Schiessl	andre.schiessl@mma.gov.br	DF	MMA
André Lima	andre.lima@giz.de	DF	GIZ BR
Andrea De Sousa Moreira	andrea.moreira@sema.ce.gov.br	CE	SEMA/CE - Orientadora da célula de conservação
Andrea Varella Teixeira	andrea.varella@mma.gov.br	DF	MMA - Analista Ambiental
Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves	beag482@gmail.com	TO	NATURATINS/TO - Inspetora de Recursos Naturais
Caio César Neves Sousa	caio.sousa@goias.gov.br	GO	SEMAD/GO - Analista Ambiental Gerente de Criação e Manejo de UC
Carol Viana		CE	SEMA/CE
Carolina Barbosa De Lima	carolinabarbosa.lima@semas.pe.gov.br	PE	SEMAS/PE - Analista Ambiental
Caroline Bastos De Alencar Viana	carolviana_@hotmail.com	CE	SEMA/CE - Articuladora de UC
Cea		PB	SUDEMA/PB
Celso Franco Damasceno	celsofrancodamasceno@gmail.com	RO	SEDAM/RO

Nome Completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Maria Cecília Wey	cicawey@ekosbrasil.org	SP	Ekos Brasil
Cleonice Pires	cleopires.rr81@hotmail.com	RR	FEMARH/RR
Cordeiro		PE	SEMAS/PE
Cuco		MT	SEMA/MT
Daniel Vilasboas Slomp	daniel-slomp@sema.rs.gov.br	RS	SEMA/RS - Coordenador do Sistema Estadual de UCs
Danielle Souza Castro	daniellesouzacastro@gmail.com	RR	FEMARH/RR - Chefe da Divisão de Unidade de Conservação
Dirliany Lopes De Almeida	dydassa@hotmail.com	RR	FEMARH/RR - Analista em Ciência, Tecnologia e Turismo
Doris Day Santos Da Silva	doris.santos@sema.ce.gov.br	CE	SEMA/CE - Coordenadora de Biodiversidade
Edja Santos De Araújo	edja.araujo24@gmail.com	AL	IMA/AL - Assessoria Ambiental da APA de Santa Rita
Elizabete Burkhardt	eburkhardt@imasul.ms.gov.br	MS	IMASUL/MS - Gerência de UCs, Cadastro de UCs e ICMS-E
Euryandro Ribeiro Costa	euryandro.costa@sema.ap.gov.br	AP	SEMA/AP - Coordenador de Gestão de UC e Biodiversidade
Fabio Matsumoto Ricarte	fabio.ricarte@mma.gov.br	DF	Analista ambiental do MMA

Nome Completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Fernando Almeida Costa	fcosta.agro@gmail.com	DF	Instituto DF Ambiental - Analista
Flávia Neri De Moura	flavianeri@gmail.com	MS	IMASUL/MS- Fiscal Ambiental / Responsável pela Unidade de Gestão e Implantação de Áreas Protegidas da Gerência de Unidades de Conservação
Floriano Alvarez Soto	floriano.soto@inema.ba.gov.br	BA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos/BA.
Francine Baptista	francine.baptista@mma.gov.br	DF	MMA - Analista Ambiental
Francisco Das Chagas Miranda Carvalho Júnior	francisco.carvalho@sema.ma.gov.br	MA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais Analista Ambiental/MA
Gleis Kelly Pereira Rodrigues	gleis-kpr@hotmail.com	RR	FEMARH/RR - Divisão de gestão e políticas territorial
Heliz Menezes Da Costa	heliz.costa@funbio.org.br		Funbio
Jader Alves De Oliveria	jader.oliveira@mma.gov.br	DF	MMA
Joana Dias Tanure	joana.tanure@mma.gov.br	DF	MMA
Joana Fava Cardoso Alves	joanafa@fflorestal.sp.gov.br	SP	Fundação Florestal/SP
Jorge Velloso			CNRPPN e Água Boa

Nome Completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
June Muller	june.muller@mma.gov.br	DF	MMA - Analista Ambiental
Jussara Souza Oliveira	jussaraoliveira@sema.mt.gov.br	MT	SEMA/MT, Analista de Meio Ambiente
Leiliane Silva De Morais	ceasudemapb@gmail.com	PB	SUDEMA/PB
Leonardo Tostes Palma	ltpalma@hotmail.com	MS	IMASUL/MS - Gerente de Unidades da Conservação
Leticia Salomão			GEAP/IAT
Luann Brendo Da Silva Costa	luanncostasz@gmail.com	MA	SEMA/MA - Supervisor de Gestão das Unidades de Conservação
Lucas			
Luciana C. Ferreira	luciana.ctferreira@gmail.com	SP	Ekos Brasil
Luciano Augusto Bonotto	lab.bonotto@gmail.com	SC	IMA/SC
Luciano Do Nascimento De Oliveira	luciano.oliveira@ibama.gov.br		IBAMA
Márcia Nogueira Franceschini	marcia.franceschini@mma.gov.br	DF	MMA - Analista Ambiental
Maria Do Rozario Almeida Da Silva	rosario.sedam@gmail.com	RO	SEDAM/RO - Ponto focal ARPA
Maria José Olimpio Cabral	mjocabral@yahoo.com.br	RN	IDEMA/RN - Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação

Nome Completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Marilene Brazil	marilene.biologa@gmail.com	AC	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Políticas Indígenas/AC
Maurício José Alexandre De Araújo	mauriciojalapao@yahoo.com.br	TO	NATURANTINS/TO
Mitiko Aparecida Lima Tetsuya	tetsuyamyt@gmail.com	RR	FEMARH/RR
Pedro Martins			
Polliana		TO	NATURATINS/TO
Rafael Agrello Dias	rafael.dias@mma.gov.br	SC	MMA - Analista Ambiental
Rafael Camilo Laia	rafaelaia@yahoo.com.br	RN	IDEMA/RN - Coordenador do Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação - NUC
Renata Carolina Gatti	renata.gatti@mma.gov.br	DF	MMA
Renata Da Matta		RJ	INEA/RJ
Ronaldo César Bomfim Santos Júnior	rcbs_j@hotmail.com	PE	CPRH/PE - Analista em Gestão Ambiental
Rosiane De Jesus Pinto	rosiane.pinto@mma.gov.br	DF	MMA
Sendy Moreira Reis	sendyreis@sema.mt.gov.br	MT	SEMA/MT - Analista Ambiental

Nome Completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Socorro Almeida		RJ	IDEFLOR-Bio/PA

Apêndice 4 - Lista de presença referente ao dia 20 de maio de 2022 do 5º Fórum.

Nome completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Adalberto Luiz De Souza Neto	souza.adalberto@gmail.com	AL	IMA/AL - Gerente
Agatha Barreto Xavier	aghata.xavier@inema.ba.gov.br	BA	INEMA/BA
Alex Nazario Silva Oliveira	alexnazario@hotmail.com	AL	IMA/AL - Consultor técnico
Ana Célia Saraiva De Moura Garcia	anaclia1@gmail.com	PE	SEMAS/PE- analista ambiental
André Lima	andre.lima@giz.de	DF	GIZ BR
Andréa De Sousa Moreira	andrea.moreira@sema.ce.gov.br	CE	Secretaria do Meio Ambiente e Orientadora de Célula/CE
Andrea Varella Teixeira	andrea.varella@mma.gov.br	DF	MMA - Analista Ambiental
Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves	beag482@gmail.com	TO	NATURATINS/TO - Inspetora de Recursos Naturais
Antonio Derley			
Caio César Neves Sousa	caio.sousa@goias.gov.br	GO	SEMAD/GO - Analista Ambiental e Gerente de Criação e Manejo de UC
Carolina Barbosa De Lima	carolinabarbosa.lima@semas.pe.gov.br	PE	SEMAS/PE- Analista Ambiental
Caroline Bastos De Alencar Viana	carolviana_@hotmail.com	CE	SEMA/CE - Articuladora das ucs estaduais
Cea		PB	SUDEMA/PB

Nome completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Celso Franco Damasceno	celsofrancodamasceno@gmail.com	RO	SEDAM/RO
Maria Cecília de Wey Brito	cicawey@ekosbrasil.org	SP	Ekos Brasil
Clarice Costa			
Claudette Marta Hahn	claudelhahn@fflorestal.sp.gov.br	SP	Fundação Florestal/SP
Cleonice Pires	cleopires.rr81@hotmail.com	RR	FERMARH/RR- Gestora de floresta pública
Cordeiro			
Crisomar Lobato			
Cristiane Peres Da Silva	cristiane_smaf@semades.to.gov.br	TO	SEMARH/TO - Diretora de Inteligência Ambiental Clima e Florestas
Cuco		MT	SEMA/MT
Daline Vinhal Pereira	daline.pereira@mma.gov.br	DF	MMA
Daniel Vilasboas Slomp	daniel-slomp@sema.rs.gov.br	RS	SEMA-RS - Coordenador do Sistema Estadual de Unidades de Conservação
Danielle Souza Castro	daniellesouzacastro@gmail.com	RR	FEMARH/RR - Chefe da Divisão de Unidade de Conservação
Danielly Mello Freire	danielly.freire@ekosbrasil.org	SP	Ekos Brasil
Diego Sema			

Nome completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Dirliany Lopes De Almeida	dydassa@hotmail.com	RR	FEMARH/RR - Analista em Ciência e Tecnologia - Turismo
Doris Day Santos Da Silva	doris.santos@sema.ce.gov.br	CE	SEMA/CE - Coordenadora de Biodiversidade
Edja Santos De Araújo	edja.araujo24@gmail.com	AL	IMA/AL - Instituto de Meio de Ambiente de Alagoas/ Assessora Técnica Ambiental da APA de Santa Rita/AL
Elizabete Burkhardt	eburkhardt@imasul.ms.gov.br	MS	IMASUL/MS-GUC - Res. Cadastro Estadual de UCs e ICMS Ecológico
Erika Guimarães	erikasantosguimaraes@gmail.com	BA	Ekos Brasil
Euryandro Costa		AP	SEMA/AP
Euryandro Ribeiro Costa	euryandro.costa@sema.ap.gov.br	AP	Secretaria de Estado do Meio Ambiente/AP - Coordenador de Gestão de UC e Biodiversidade
Fábio Matsumoto Ricarte	fabio.ricarte@mma.gov.br	DF	MMA - Analista Ambiental
Flávia Neri De Moura	flavianeri@gmail.com	MS	IMASUL/MS- Fiscal Ambiental, responsável pela Unidade de Gestão e Implantação de Áreas Protegidas da Gerência de Unidades de Conservação
Floriano Alvarez Soto	floriano.soto@inema.ba.gov.br	BA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos/BA - Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
Francine Diniz Baptista	frandi76@gmail.com/ francine.baptista@mma.gov.br	DF	MMA Analista Ambiental

Nome completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Francisco Das Chagas Miranda Carvalho Júnior	francisco.carvalho@sema.ma.gov.br	MA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais/MA - Analista Ambiental
Gleis Kelly Rodrigues			
Goretti			
Heliz Menezes Da Costa	heliz.costa@funbio.org.br		FUNBIO
Jader Alves De Oliveira	jader.oliveira@mma.gov.br	DF	MMA
Joana Dias Tanure	joana.tanure@mma.gov.br	DF	MMA
June Muller	june.muller@mma.gov.br	DF	MMA - Analista Ambiental
Jussara Souza Oliveira	jussaraoliveira@sema.mt.gov.br	MT	SEMA-MT - Analista de Meio Ambiente
Laercio			REDE de RPPN Brasil
Leiliane Silva De Morais	ceasudemapb@gmail.com	PB	SUDEMA/PB
Leonardo Tostes Palma	ltpalma@hotmail.com	MS	IMASUL/MS - Gerente de Unidades de Conservação
Luciana.Ctferreira	luciana.ctferreira@gmail.com	SP	Ekos Brasil
Luciano Augusto Bonotto	lab.bonotto@gmail.com	SC	IMA - SC
Máiria Lopes			

Nome completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Márcia Nogueira Franceschini	marcia.franceschini@mma.gov.br	DF	Analista Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente
Maria Do Perpétuo Socorro Rodrigues De Almeida	socorroalmeida.ideflor.bio@gmail.com	PA	IDEFLOR-Bio/PA - / Diretora de Gestão e Monitoramento de UC do Estado do Pará (DGMUC)
Maria Do Rozario Almeida Da Silva	rosario.sedam@gmail.com	RO	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental- SEDAM/RO
Maria José Olimpio Cabral	mjocabral@yahoo.com.br	RN	IDEMA/RN - Técnica de Nivel Superior do Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação - NUC do IDEMA
Maurício José Alexandre De Araújo	mauriciojalapao@yahoo.com.br	TO	NATURATINS/TO - Técnico (Inspetor de Recursos Naturais)
Mirna Pinheiro Caniso	mirnacaniso@gmail.com	AC	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas (SEMAPI/AC) - Socióloga - Especialista Executivo.
Mitiko Aparecida Lima Tetsuya	mytykynhabonitinh@gmail.com	RR	FEMARH/RR
Pedro Martins			
Rafael Agrello Dias	rafael.dias@mma.gov.br	SC	MMA - Analista Ambiental
Rafael Camilo Laia	rafaelaia@yahoo.com.br	RN	Coordenador do Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação - NUC/IDEMA
Reivaldo			

Nome completo	Endereço de e-mail	Estado	Instituição e cargo no órgão gestor
Renata Carolina Gatti	renatacgatti@gmail.com	DF	MMA/DAP - Analista Ambiental
Ricardo Silva	ricardo.brochado@icmbio.gov.br		ICMBio
Ronaldo César Bomfim Santos Júnior	rcbs_j@hotmail.com	PE	CPRH/PE - Analista em Gestão Ambiental
Rosiane De Jesus Pinto	rosiane.pinto@mma.gov.br	DF	MMA
Sendy Moreira Reis	sendyreis@sema.mt.gov.br	MT	SEMAMT - Analista Ambiental
Socorro Almeida		PA	IDEFLORR-Bio/PA
Valdir Pereira Ramos Filho	valdir.filho@mma.gov.br	DF	MMA

Apêndice 5 - Mostra do *Padlet* do Eixo Temático 1.

5a - Priorização dos desafios do Eixo Temático 1 - Planejamento, Fortalecimento e Gestão.

[EIXO 1] Planejamento, Fortalecimento e Gestão	Priorização
Qualificação de pessoal para lidar com processos complexos e articulação com outros órgãos (especialmente Regularização Fundiária)	
Demora e altos custos dos processos (especialmente Regularização Fundiária)	
Dificuldade de acesso a dados consolidados sobre Regularização Fundiária	
Promover articulação efetiva entre os diferentes entes da federação (notadamente os municípios)	
Falta de articulação interinstitucional considerando a concertação e maior integração com base em objetivos comuns (ex. positivos – PPCDAM e PPCerrado)	
Necessidade de parcerias e redes de cooperação formalizadas (contínuas, perenes e estruturantes com vinculação orçamentária).	
Aprimoramento do arcabouço legal (p.ex. regulamentações), internalização e estrutura administrativa para implementar novos dispositivos, quando couber	
Priorização da agenda ambiental	
Baixo poder de mobilização e continuidade de engajamento dos atores envolvidos (especialmente na escala de paisagens) devido ao baixo reconhecimento e internalização sobre os potenciais benefícios e outras limitações dos instrumentos de gestão integrada.	
Acúmulo de experiências e aprendizados ficam fragilizados	
Parcerias carecem de escopo e respaldo que garantam continuidade.	
Implementação do Código Florestal para garantir integração e conectividade	
Padronização e treinamento para gestão de contratos de prestação de serviços em UCs.	
Aperfeiçoamento da fiscalização voltada para UCs, zona de amortecimento e corredores.	
Melhoramento na integração dos Sistemas de Unidades de Conservação, ou, aprimoramento da atribuição de cada ente federativo no sistema nacional.	
Dificuldade (dos Estados) em se colocar como um executor/parte efetiva da implementação do SNUC.	
O próprio cenário político	
Destruir/simplificar a chegada de recursos para pagamento de PSA, especialmente para a comunidades do entorno	1
Definir programa ou agenda de capacitação dos estados e municípios quanto a nova metodologia de planos de manejo.	1
Avaliar a implementação de políticas locais de gestão de áreas protegidas	1
Problema é a grande rotatividade nas chefias e na própria equipe da UC. Nos municípios há na maioria dos casos acúmulo de função.	

Conscientização da sociedade, educação ambiental, com relação aos benefícios gerados pelas UC.	
Implementar o ordenamento territorial e a regularização fundiária das UCs.	
Compartilhamento de experiências entre conselhos gestores	1
LEGENDA	
Desafios identificados pelo DAP	
Desafios acrescentados no 5º Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC	

Apêndice 6 - Mostra do Padlet Sala Eixo Temático 2.

6a - Priorização dos desafios do Eixo Temático 2 - Governança Participação, Equidade e Repartição de Custos e Benefícios.

[EIXO 2] Governança, participação, equidade e repartição de custos e benefícios	Priorização
Compreensão, internalização, avaliação e monitoramento do conceito de equidade	
Implementação dos conselhos gestores das UC, com efetiva participação social e representatividade (sobretudo em áreas extensas e remotas)	2
Aprimoramento de processos de governança e participação, garantido que conhecimentos científicos e tradicionais contribuam para a gestão das UC	1
Alinhamento de fluxos, comunicações, conciliação de direitos, compatibilização de instrumentos, sinergia entre projetos, programas e políticas públicas por parte dos atores responsáveis e envolvidos (considerando a necessidade de pensar a integração de ações que incidem nos territórios)	1
Integração entre as estruturas de governança da UC, demais AP e outros instrumentos de gestão do território (Corredores, Mosaicos, sobreposição entre UCs, TIs e TQs)	
Diversificação dos tipos de governança (considerando órgãos gestores, gestão compartilhada, comunitária, privada etc.)	
Falta de mecanismo de avaliação da efetividade dos espaços e instrumentos de governança e participação.	
Integração e ampliação das iniciativas de desenvolvimento sustentável e redução da pobreza (Mostrar o potencial de contribuição UCs nessas agendas)	
Fortalecimento de área específica nos órgãos gestores (com recursos humanos e financeiros) para apoio técnico a cadeias produtivas sustentáveis nas UC, demais AP e entorno, e monitoramento dos resultados	3
Aprimoramento da comunicação sobre benefícios e contribuições das UC para o desenvolvimento local e economia brasileira	1
Mais fiscalização na área da UC buscando parceria com as comunidades	3
Apoio financeiro e técnico para o início dos estudos	2
Garantir a participação dos povos indígenas nos conselhos gestores das Ucs	1
Promover mecanismos de regulação ao acesso e uso de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados	2
Ampliar e implementar mecanismos para a remuneração de serviços ambientais para aqueles que conservam a diversidade biológica	3
Ampliar o engajamento social para fomentar o envolvimento dos diversos setores de governo e da sociedade civil na gestão do SNUC	2
Identificar sistemas inovadores de governança na gestão de UCs	1
Identificar sistemas inovadores de governança na gestão do SNUC	1
Promover o empoderamento e o fortalecimento institucional de comunidades locais, quilombolas e povos indígenas, bem como de outras partes interessadas	

Alocar recursos para assegurar processos participativos para o planejamento e gestão de unidades de conservação e outras áreas protegidas	2
Dar mais incentivos para a criação das rppn, aq alguns se sentem abandonados pela falta de suporte, fiscalização e segurança	1
Como desenvolver metodologia para identificar e calcular os custos e benefícios da criação e gestão de unidades de conservação, considerando os aspectos e valores relevantes da UC?	2
Grande distância - necessidade de uma logística muito bem elaborada	
LEGENDA	
Desafios identificados pelo DAP	
Desafios acrescentados no 5º Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC	

Apêndice 7 - Mostra do *Padlet* Sala Eixo Temático 3.

7a - Priorização dos desafios do Eixo Temático 3 - Capacidade Institucional.

[EIXO 3] Capacidade Institucional	Priorização
Ambiente político, institucional, administrativo e socioeconômico favorável para implantação do SNUC	1
Exíguo quadro de pessoal	1
Promover a qualificação dos quadros técnicos para lidar com diferentes temas e desafios na gestão das UCs	3
Visão institucional estratégica (considerando a necessidade de prover instrumentos norteadores para a consolidação das UCs)	
Investimento em infraestrutura básica para sede administrativa - e demais instalações necessárias para a gestão das UCs	
Desenvolvimento e uso de tecnologias (monitoramento, fiscalização, restauração de habitat) e sua internalização (principalmente junto a governos locais)	1
Sustentabilidade financeira do SNUC (das UCs, dos sistemas municipais, estaduais e federais e do sistema como um todo), necessidade de melhor divulgação de algumas fontes de recursos	1
Comunicação (conscientização da sociedade para valores os benefícios gerados pelas UC)	
Reforçar parcerias com várias instituições (públicas e privadas) e maior aproximação com governos locais	
Identificação, desenvolvimento e implementação de mecanismos financeiros e fontes alternativas de recurso	
possibilidade de uso do conceito de serviços ecossistêmicos	
Reduzir a alta rotatividade dos recursos humanos das UCs	3
Recursos humanos	
As informações devem ficar disponibilizadas em um sistema de fácil visualização	
Pressão política, contra as UCs	
Monitoramento e Avaliação de Ações de Gestão	1
Sistematizar as informações das UCs com objetivo de auxiliar nas tomadas de decisões e planejamento da gestão das UCs	2
Aprimorar formas de sensibilização da importância das UCs para a sociedade	1
Gestores e equipes específicas para cada UC	1
Sustentabilidade financeira para a gestão das UCs	
Inclusão das UCs no rol de programas de planejamento de governo (PPA), para garantir recursos orçamentários anualmente	2
O papel dos estados na implantação do SNUC não está determinado como uma política pública obrigatória. Ficamos à mercê de vontade política a cada troca governamental;	
Implementação do art. 46 e 47 do SNUC	1

Garantir a sustentabilidade econômica das unidades de conservação e do SNUC	2
Fortalecer a articulação institucional para a implementação do SNUC nas três esferas de governo	1
Capacidade institucional	1
Aprimorar mecanismos para o planejamento e gestão de unidades de conservação	1
Acesso direto a recursos de programas e projetos nacionais e internacionais.	
Promover mecanismos que fortaleçam a comunicação, a educação e a sensibilização pública para a participação e controle social sobre o SNUC	2
Qualificar e capacitar gestores, técnicos e comunidades locais para gestão de unidades de conservação	1
Implementar um programa de capacitação continuada em gestão de UCs	
LEGENDA	
Desafios identificados pelo DAP	
Desafios acrescentados no 5º Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC	

Apêndice 8 - Mostra do Padlet Sala Eixo Temático 4 e 6.

8a - Priorização dos desafios do Eixo Temático 4 - Monitoramento e Avaliação e Eixo Temático 6

- Áreas com Reconhecimento Internacional.

[EIXO 4] - Monitoramento e Avaliação	Priorização
Ausência de avaliação e monitoramento do SNUC	5
Aperfeiçoamento contínuo e ampliação do monitoramento existente (Por meio da difusão do SAMGe, CNUC e outras ferramentas)	7
Produção de conhecimento e atividades de extensão sobre o monitoramento de UC nos espaços de ensino e de produção de conhecimento/saberes (Acadêmicos, profissionais, escolares e de espaços não formais de ensino)	3
Monitorar e avaliar a efetividade de instrumentos vigentes de gestão integrada da paisagem. Auxiliar na proposição e implementação de novos modelos e arranjos de gestão (Mosaicos, Corredores)	6
Necessidade de avaliação sistemática dos resultados do SAMGe	
Necessidade de projeto específico de sensibilização dos municípios	
Criar um padrão de dados especiais, para de biodiversidade (atributos e metadados)	
Necessária a construção de arcabouço consistente de dados, baseado em monitoramentos organizados e periódicos para evidenciar a efetividade e eficácia do Sistema	
Incluir os conselhos gestores no item Produção de conhecimento e atividades de extensão sobre o monitoramento de UC	
Sistematizar a produção desse conhecimento (ex. BA há resistência para preenchimento do cadastro da UC), nem tudo que é produzido, como pesquisas científicas fica registrado em sistema	
Os órgãos gestores devem institucionalizar as ferramentas de avaliação de eficácia de gestão, realizando avaliações periódicas	3
Necessidade de integração de sistemas estaduais com sistemas nacionais e demais ferramentas de avaliação da eficácia de gestão	1
No Tocantins temos o SEUC e um sistema chamado GESTO	
Uniformizar dados e critérios avaliados nos sistemas	
Mobilização dos órgãos gestores municipais	
Ação mais direcionada para sensibilização do poder público municipal para o preenchimento de ferramentas de avaliação da gestão (p.ex SAMGe)	
LEGENDA	
Desafios identificados pelo DAP	
Desafios acrescentados no 5º Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC	

[EIXO 6] - Áreas com Reconhecimento Internacional	Priorização
Maior atenção dos órgãos gestores para o fortalecimento destas áreas por meio de políticas, programas e projetos	4
Necessidade de trocas e aproveitamento de experiências para melhor implantação de cada instrumento	
Inexistência de instrumentos de reconhecimento internacional em alguns biomas (Por exemplo, Reserva da biosfera nos pampas)	
Interrupção do gerenciamento nacional das Reservas – COBRAMAB extinto em 2020	
Lacunas no Turismo em Sítios do Patrimônio Mundial com monitoramento das ações, articulação e formação de redes colaborativas, aprimoramento e qualificação dos produtos e serviços turísticos, capacitação e qualificação de profissionais	3
Necessidade de desenvolvimento de programa de monitoramento dos valores universais dos Sítios do Patrimônio no Brasil	
Acredito que se faz necessário a implantação de Programa de esfera federal similar ao Projeto Corredores Ecológicos da Mata Atlântica	
Retomada das atividades do conselho e fortalecimento de ações da Reserva da Biosfera do Cerrado	
No Estado da Bahia não há um programa de implementação	
Instituição Nacional de Corredores Ecológicos nos distintos biomas do Brasil.	1
Integração das UCs, criação de mosaicos de UCs inseridas em Reservas da Biosfera	
Inclusão de mais UCs no sítio RAMSAR	
Priorizar UCs inseridas nas áreas com reconhecimento internacional em projetos e programas de apoio à gestão (Ex. ARPA, COPAÍBAS, etc.)	
Criação de mecanismos para reconhecimento de geoparques (regulamentação)	
LEGENDA	
Desafios identificados pelo DAP	
Desafios acrescentados no 5º Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC	

Apêndice 9 - Círculo de Influência e Priorização das Instituições.

Lista de instituições mapeadas durante o 5º Fórum de Gestores do SNUC	Priorização
Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA)	
Agências reguladoras de água dos Estados	1
Assembleias Legislativas (Comissão de Meio Ambiente)	
Associação Brasileira de Municípios (ABM)	1
Associações Hoteleiras	
Bancos públicos e privados	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	1
Bolsa Verde Rio (BVRIO)	
Câmara dos Vereadores	
Centro de Estudos de Sustentabilidade (GVCES) da Fundação Getúlio Vargas	
Comitês de bacia hidrográfica	
Concessionárias de abastecimento de água e energia	
Confederação de Agricultura e Pecuária	2
Confederação Nacional de Municípios	
Conselhos Estaduais de Meio Ambiente (Consemas)	
EMBRAPA	2
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, SC	
Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)	2
Entidades representantes como Associação de prefeitos, governadores, vereadores.	
Exército Brasileiro	3
Federações de Agricultura, Pecuária e Indústria	
Forest Trends	
Frente Parlamentar Ambientalista (No Senado, Na Câmara Federal, nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores)	4
Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recurso Hídricos de Roraima - FEMARH RORAIMA	1
Fundação Nacional do Índio (FUNAI)	1
Fundação Palmares (e associações de territórios quilombolas)	
Fundações de Ciência e Tecnologia	
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	3
Goiás Turismo	
Grandes grupos de produção agrícola em grande escala	
IBAMA	
ICMBio	
Instâncias de Governança do Turismo	3
Instituições com poder de polícia e fiscalização	

Instituições de ensino, pesquisa e extensão (Academia)	5
Instituições de regularização de terras nos Estados	9
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	
Instituto de Terras do Estado do Amapá (Amapá Terras)	
Instituto Florestal de São Paulo	
Instituto Nacional da Reforma Agrária	2
Marinha do Brasil	
Ministério da Agricultura	1
Ministério Público Estadual e Federal	5
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)	
Organizações da Sociedade Civil com atuação socioambiental	3
Organizações não governamentais de alta relevância como o WWF	1
Órgãos de Extensão Rural (no AP, Instituto de Assistência, Extensão e Desenvolvimento Rural do Amapá, RURAP)	
Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAS)	
Órgãos Municipais de Meio Ambiente	
Pequeno produtor rural	1
PMAs - Estaduais	2
Programa das Nações Unidas de Meio Ambiente (PNUMA)	
Procuradoria Geral do Tocantins	
Secretaria de Agricultura e Pecuária de Goiás (SEAPA)	
Secretaria de Agricultura de Santa Catarina	
Secretaria do Estado de Desenvolvimento Rural de Rondônia	
Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA-MT)	
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD-GO)	
Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA/AP)	
Secretarias Estaduais de combate às desigualdades sociais.	
Serviço Florestal Brasileiro	1
Setor de segurança pública (Polícia civil e PM / BPA)	1
Setores dos órgãos ambientais responsáveis por licenciamentos e CAR	3
Superintendências do Patrimônio da União (SPU)	1
Tribunais de contas dos Estados	1

Apêndice 10 - Aquecimento para o 6º encontro do Fórum de dirigentes do SNUC a ocorrer em 2023.

A partir da ferramenta *Mentimeter*, foram levantadas propostas de alguns temas a serem tratados no 6º fórum, dispostos na tabela abaixo.

Além disso, foram realizadas duas sugestões para o próximo encontro, de 2023: que ele pudesse acontecer presencialmente (com a possibilidade de ser em uma unidade de conservação), e que o tempo de fala dos palestrantes seja maior que 12 minutos.

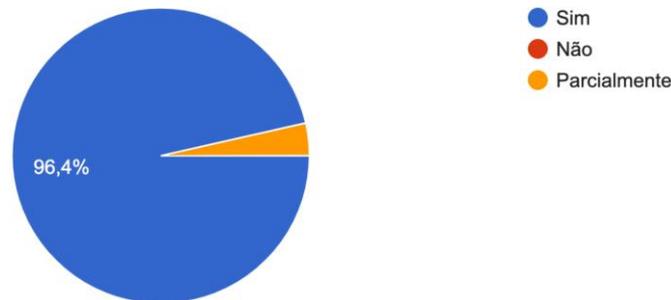
Tema	Quantidade de menções
Acesso a informação das UCs	1
Aporte de recursos financeiros	1
Como fazer gestão eficiente em áreas remotas	1
Concessão de Uso Publico (gestão dos contratos)	2
Conflitos em Territórios de comunidades tradicionais	1
Consolidação de UCs Municipais e RPPNs	1
Controle de UCs	1
Criação de UCs	1
Desenvolvimento de sistemas digitais para gestão de UCs	1
Encontro do Fórum de modo Presencial	1
Encontro do Fórum presencial em uma UC	5
Experiências hesitasas em áreas de conflito em UCs	1
Fiscalização de UCs	1
Formação e implantação de corredores ecológicos ou mosaicos	1
Fortalecimento do MMA	1
Gestão compartilhada com OSCIP	1

Gestão de áreas de proteção ambiental (desafios e casos de sucesso)	1
Governança e equidade na gestão de UCs	6
ICMS Ecológico	2
Implementação de Política Nacional de Discriminatórias de terras devolutas	1
Monitoramento de UCs	1
Mosaicos e áreas protegidas	1
Parcerias para gestão	1
Participação Popular em UCs	2
Planos de manejo	1
Políticas Públicas e créditos	1
Regularização fundiária	3
Repasse dos resultados alcançados e a evolução do SNUC, CNUC, SAMGe e outros inovações para UCs	1
Retornos sobre o CNUC	1
Sustentabilidade Financeira	2
Tempo de partilha maior que 12 minutos	1
UCs e redes sociais	1
Uso Publico	1
Valoração de serviços ecossistêmicos prestados pelas UCs	1
Voluntariado em UCs	2

Apêndice 11 – Gráficos e respostas captadas por meio da aplicação do *Google Forms* para avaliação do 5o encontro do Fórum Permanente de Dirigentes SNUC.

Essa edição do Fórum atingiu seu objetivo?

28 respostas

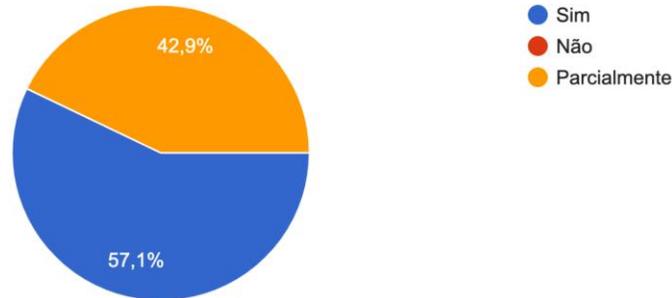


Comentários referentes à pergunta acima:

Temas abrangentes e variados
Foi positivo. Tempo curto para apresentação, mas foi compreensível.
Os momentos de troca entre os Estados são muito valiosos, pois coloca em sinergia diferentes frentes de trabalho e atuação e possibilita a conexão e sinergia de uma rede de atores que atuam com conservação!!!
Excelente iniciativa!!! Resiliência é a palavra de ordem. As UCs são "eternas". Vamos nos aprimorar e deixar um legado para as futuras gerações, da vida do ser humano e dos gestores que virão no futuro. Isso é marcar a história e deixar legado. PARABÉNS!!
Acho que apesar de trazer todos os temas indicados, foi pouco tempo para assimilar e se aprimorar dos assuntos e a rotatividade acaba dificultando a discussão.
Foram três dias de muita troca de conhecimento.
Fundamental promover integração entre sistemas federal, estaduais e municipais. Trouxe novidades, inovações e instrumentos.
Sou membro no Fórum há alguns anos, mas como sou suplente, foi a primeira vez que tive a oportunidade de participar de uma reunião (por ser online). Entendi a importância do Fórum, as oportunidades de aprender com as experiências dos colegas e a oportunidade de contribuir. Agora me sinto um pouco mais à vontade e motivada para participar realmente.

A carga horária foi adequada?

28 respostas



Comentários referentes à pergunta acima:

É uma gama muito grande de assuntos para discutir. Precisaríamos de mais tempo para vencer as demandas. Presencialmente seria o ideal.

Algumas apresentações do primeiro dia ficaram a desejar em relação ao tempo para discussões.

A carga horária era adequada, mas devido a grande quantidade de palestras acabou ficando difícil de contemplar tempo adequado para todos

O tempo dos palestrantes no próximo fórum pode ser maior.

A densidade de temas é bastante elevada para o tempo programado do evento.

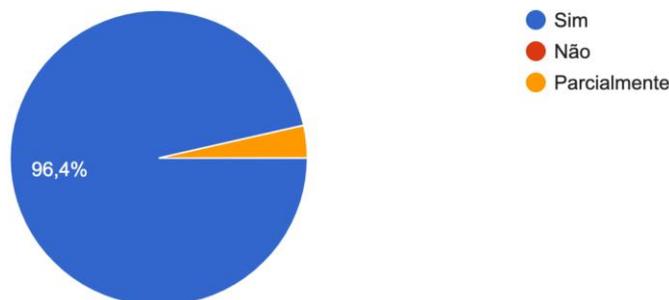
Pouco tempo

Acho que poderia ampliar as discussões

Os palestrantes poderiam ter mais do que 12 min para expor suas experiências.

Você avalia que o encontro promoveu a troca de experiências?

28 respostas



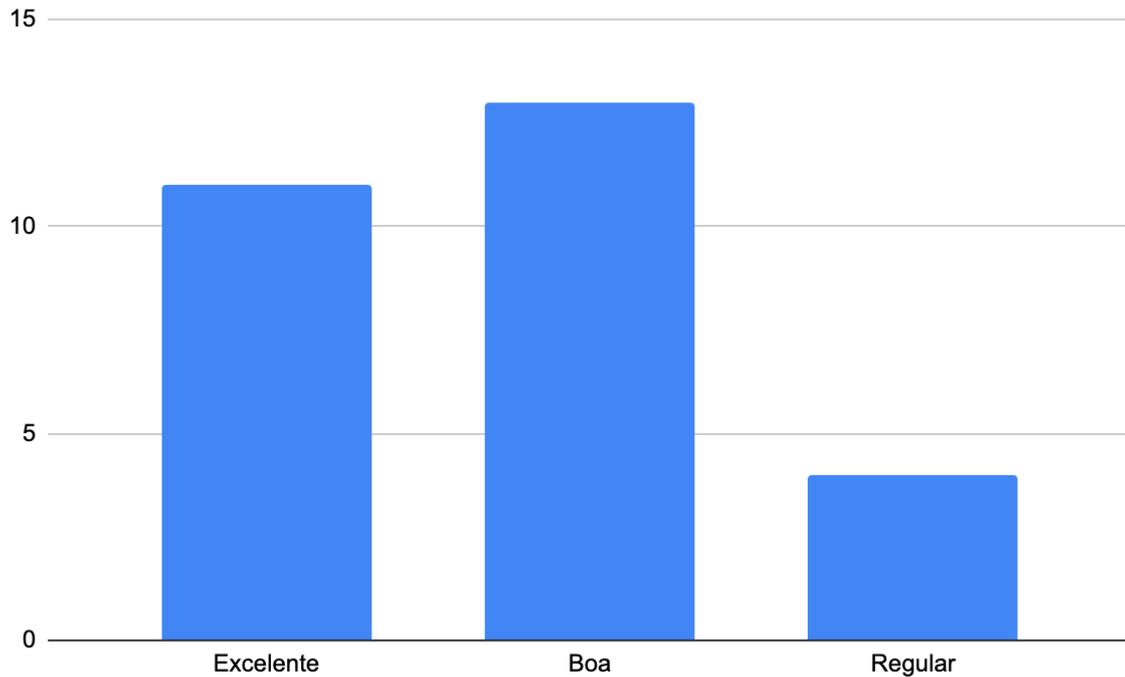
Comentários referentes à pergunta acima:

Algumas experiências foram realizadas há mais de 10 anos atrás, mas entendo que cada estado está numa situação. Talvez, faça uma seleção anterior das apresentações. Mas valeu
Foi superpositiva a experiência apresentada
Certamente ninguém saiu deste encontro sem ter agregado pelo menos um conhecimento a mais.
Bastante trocas de conhecimentos.
A documentação do evento (apresentações, artigos, relatórios...), assim como vídeos de suas partes, deveriam ser disponibilizados ao público mais amplo.
É muito boa essa integração com outros estados.
Só espero que ao disponibilizar as apresentações possamos ter acesso ao contato de alguns palestrantes, pois a última página das apresentações sempre some muito rápido, porque as palestras terminam no limite do tempo ou até um pouco atrasada, e nem sempre há tempo de anotar os contatos.

Como você avalia as ferramentas adotadas (como a plataforma *Teams*, *Padlets*, *Forms* e *Mentimeter*) e seus usos durante as atividades do 5º Fórum?

Excelentes
Muito boas
Excelente
Excelente, bastante dinâmica

Muito bom
Adequadas para a interatividade das atividades
Sempre existem pequenos problemas tecnológicos. Mas foi positivo.
Muito boas
Ótima
No momento de divisão das salas (grupos de debates), o sistema foi insuficiente. Deu bug? Talvez.
Muito boas
Meio termo
As ferramentas são eficientes, mas considero cansativa.
Muito bons
Tive dificuldade de participação na dinâmica de grupo. No meu caso não funcionou bem.
As ferramentas adotadas foram boas, satisfatórias.
Ferramentas bem adequadas e utilizadas de forma efetiva.
Interessantes.
Cansativo
Satisfatória
Teve algumas falhas técnicas.
Boa ferramenta
Ótimas!!
Excelente e podem ser compartilhadas posteriormente para os participantes
Estou acostumada a usar a plataforma Zoom, mas a Teams é bem parecida, então foi tranquilo.
Tudo ok!
As ferramentas utilizadas foram adequadas, no entanto, houve imprevistos tecnológicos que criaram algumas dificuldades no andamento do evento e salas, porém, nada que prejudicasse a qualidade do evento.
Às vezes a tecnologia nos deixa na mão, mas foi possível acompanhar as atividades.



O gráfico acima traz a análise de que as ferramentas utilizadas foram bem avaliadas.

Você avalia que o encontro trouxe reflexões ou conhecimentos que poderá aplicar em sua prática profissional e nos seus projetos?

28 respostas



Comentários referentes a pergunta acima:

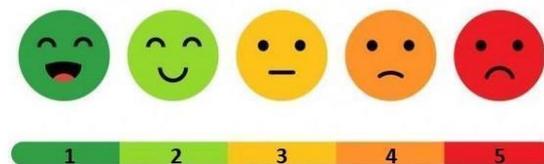
Penso que o encontro presencial seria ideal.
Intensidade de informações
Parabéns pela iniciativa. Já estamos no futuro virtual e estamos colocando em prática.

Devido ao fato de o formato virtual ser limitado faltou espaço para se aprofundar em discussão nos temas de interesse com os palestrantes em conversas extras em outros momentos que o encontro presencial proporciona

Gostaria que fosse presencial no próximo

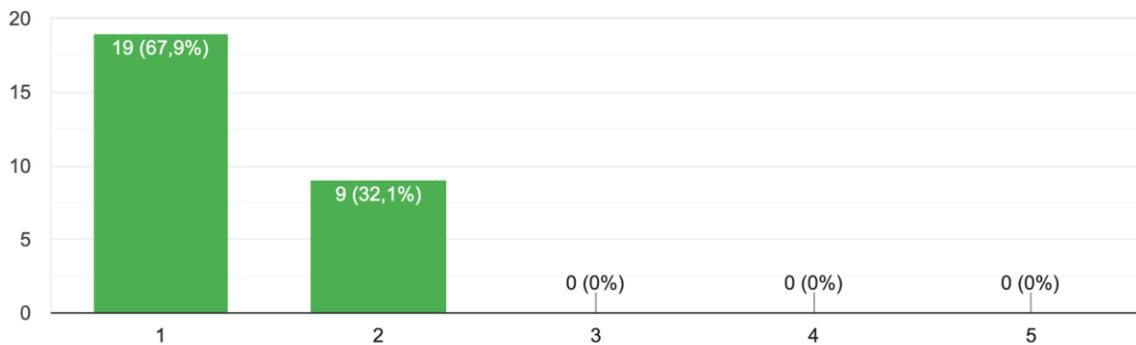
Às vezes o exemplo nos ensina ou nos abre uma porta para começarmos a traçar novos caminhos. A prática ensina muito.

Na seção seguinte, os participantes fizeram uma avaliação para cada período do evento, utilizando uma escala likert, na qual o número **1** representa **excelente**; o número **2**, **ótimo**; o número **3**, **razoável**; o número **4** é **ruim** e o número **5**, **péssimo**.



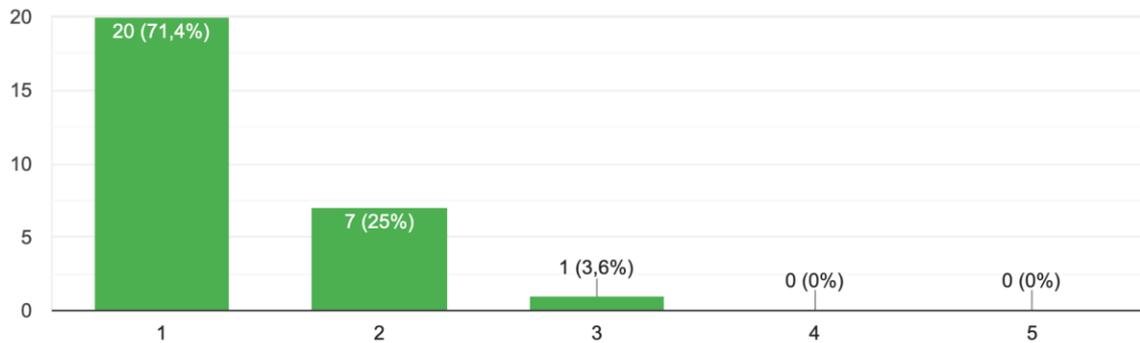
DIA 18/05 MANHÃ: Abertura + PSA + Compensação + Parcerias

28 respostas



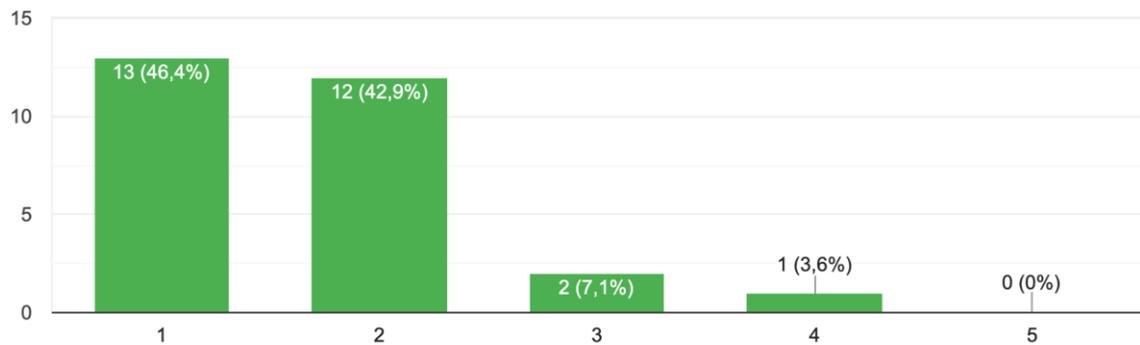
DIA 18/05 TARDE: Biogás + Informe CNUC + SAMge + Equidade e Monitoramento da Biodiversidade + RPPN + Regularização Fundiária

28 respostas



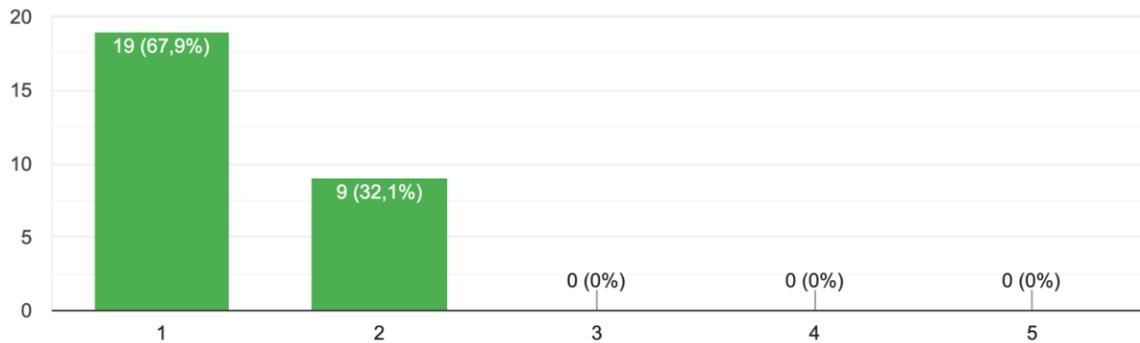
DIA 19/05 - Devolutiva do PNAP + Dinâmicas para o Plano de Ação

28 respostas



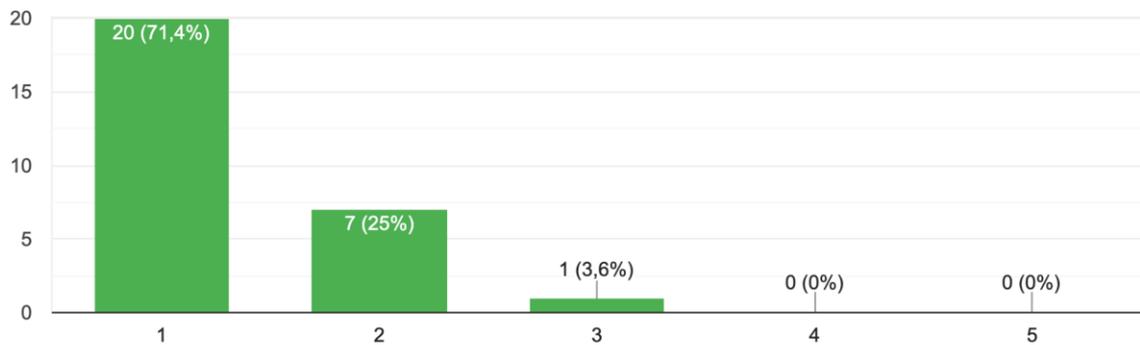
DIA 20/05 - Criação de UCs + Integração com entorno + Inovações/Modernização + Revisão de Plano de Manejo

28 respostas



Como você avalia a condução/moderação do evento pela equipe do EKOS?

28 respostas



Quais recomendações você daria para o 6º Fórum de Dirigentes do SNUC?

Não esqueça de nos convidar. Precisamos desse oxigênio.
Maior seleção para apresentação das boas práticas.
Presencial e com resultados do encontro atual.
Que seja em formato presencial.
Temas e sugestões indicadas.
Que o próximo seja presencial e com mais dias.
Ampliar a participação (mesmo que seja de forma remota), por exemplo, num ambiente com telão.

Sistema híbrido.
Disponibilizar mais tempo para alguns temas muito relevantes e que geraram muitos questionamentos este ano.
Deve ser presencial ou híbrido para melhorar as trocas de conhecimento entre os participantes.
Que o próximo fórum seja presencial.
A construção de um formato híbrido e uma seleção/adoção de menos temas no sentido de permitir uma maior discussão destes.
Maior envolvimento de municípios. Disponibilidade mais ampla do conhecimento produzido. Consideração dos outros mecanismos espaciais eficazes de conservação. Apresentação da Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas e relações com reconhecimentos internacionais (Convenção sobre o Patrimônio Mundial, Convenção de Ramsar etc.).
Que seja presencial.
Gostaria de um encontro presencial, para melhor esclarecimento de dúvidas e detalhamentos dos assuntos abordados!
Ampliar as discussões além dos focais para que as contribuições sejam mais amplas.
Um tempo maior para os palestrantes poderem entrar nos detalhes que fazem a diferença.
Como sugestão para o próximo encontro, a possibilidade de retornar ao presencial com maior possibilidade de trocas de experiências e dedicação integral dos participantes (o qual me incluo).
Que seja presencial.

Caso queira, deixe aqui críticas, comentários e sugestões. Muito obrigada!

Avante ao 6º Fórum
Parabéns pela organização.
Gratidão!
Parabéns.
Apenas com relação ao tempo para as apresentações do primeiro dia. Talvez diminuir os temas para disponibilizar mais tempo
Só parabenizar todos os envolvidos.
Promover eventos mais amplos e abertos.

Que todos os Fóruns sejam online, mesmo os presenciais.

Excelente evento!!!